



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO NO ESTADO DA BAHIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Salvador-BA, 2012



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO NO ESTADO DA BAHIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno, Portaria CGU n.º 2546/2010.

Salvador-BA, 2012

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABACAFE - Associação dos Produtores de Café do Oeste da Bahia
ADAB - Agência de Defesa Agropecuária do Estado da Bahia
ALP - Área Livre de Pragas
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APOIOPEC1 - Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas pecuárias
APPCC - Análise de perigos e pontos críticos de controle
APPRODUTOR - Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário
CBIO - Coordenação de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados
CERTORGAN1 - Aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica
CFIC - Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos
CGAA - Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins
CGCD - Coordenação Geral de Combate às Doenças
CGDS - Coordenação Geral de Desenvolvimento Sustentável
CGI - Coordenação Geral de Inspeção
CGQV - Coordenação Geral de Qualidade Vegetal
CGU - Controladoria Geral da União
CGVB - Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas
CIPF - Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária
COAGRE - Coordenação de Agroecologia
CPAA - Comissão Permanente de Aditivos para Alimentos
CPV - Coordenação de Produtos Veterinários
CSM - Coordenação de Sementes e Mudanças
CTQA - Coordenação de Trânsito e Quarentena Animal
DAD - Divisão de Apoio Administrativo
DDA - Divisão de Defesa Agropecuária
DENACOOOP - Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural
DEPROS - Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade
DESENGORG - Desenvolvimento da agricultura orgânica
DFIP - Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DIPOV - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
DPDAG - Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário
DSA - Departamento de Saúde Animal
DSV - Departamento de Sanidade Vegetal
EEB - Encefalopatia Espongiforme Bovina
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENCOMEX - Encontros de Comércio Exterior
FEBREAFTOS - Erradicação da febre aftosa
FENAGRO - Feira Nacional de Agricultura Irrigada
FFA - Fiscal Federal Agropecuário
FFA's - Fiscais Federais Agropecuários
FISAGROTOX - Fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins
FISCAGRIC1 - Fiscalização de serviços agrícolas
FISCALSEM1 - Fiscalização de sementes e mudas
FISCANIMAL2 - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos

FISCGENE - Fiscalização de material genético para multiplicação animal
FISCINAN - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal
FISCONTRATO - Fiscalização de contratos de repasse
FISCORGEN - Fiscalização das atividades com organismo geneticamente modificado
FISCPLANTA2 - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos
FISFECOI - Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes
FISPROVET1 - Fiscalização de produtos de uso veterinário
GTA - Guia de Trânsito Animal
IG - Indicação Geográfica
IN - Instrução Normativa
INDIGRAF - Fomento à indicação geográfica de produtos agropecuários
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial
INSPANIMAL3 - Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal
IPVEGETAL2 - Inspeção de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal
LMR - Limites Máximos de Resíduos
LOA - Lei Orçamentária Anual
MANUTSFAS - Operação dos serviços administrativos das unidades descentralizadas
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MERCOSUL - O Mercado Comum do Sul
MP - Ministério Público
MPOG - Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
OEDSV - Organização Estadual de Defesa Sanitária Vegetal
PADCLASSIF - Padronização e classificação de produtos vegetais
PCEANIMAL - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais
PCEVEGETAL - Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais
PI - Plano Interno
PI's - Planos Internos
PNCEBT - Programa Nacional do Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose
PNCRC - Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
PNCRH - Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias
PNEFA - Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa
PNSA - Programa Nacional de Sanidade Avícola
PNSE - Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos
PNSS - Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos
POA - Plano Operativo Anual
PPA - Plano Plurianual
PROMOCOOP2 - Desenvolvimento do associativismo rural e do cooperativismo
RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudas
RESIDUOS - Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal
SAG - Seção de Atividades Gerais
SAOD - Seção de Apoio Operacional e Divulgação
SCC - Setor de Compras e Contratos
SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária
SDC - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
SE - Secretaria Executiva
SEFIA - Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas
SEFIP - Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários
SEOF - Serviço de Execução Orçamentária e Financeira
SePA - Seção de Planejamento e Acompanhamento

SeSAG - Seção de Suporte Agropecuário
SFA/BA - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
SGP - Serviço de Gestão de Pessoas
SIAFI - Sistema de Administração Financeira
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Convênios e Contrato de Repasse
SIE - Serviço de Inspeção Estadual
SIF - Serviço de Inspeção Federal
SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPOA - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SIPOV - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
SMAP - Setor de Manutenção Predial
SMP - Setor de Material e Patrimônio
SPR - Setor de Protocolo
SSA - Serviço de Saúde Animal
SSV - Serviço de Sanidade Vegetal
STR - Setor de Transporte
SUASA - Sistema Unificado de Saúde Animal e Sanidade Vegetal
SVA - Serviço de Vigilância Agropecuária
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia Da Informação
UJ - Unidade Jurisdicionada
UO - Unidade Orçamentária
UP – Unidade de Produção
UR - Unidade Regional
UR's - Unidades Regionais
UTR - Unidades Técnicas Regionais
UTRA - Unidades Técnicas Regionais de Agricultura
UVAGRO - Unidades de Vigilância Agropecuária
UVL's – Unidades Veterinárias Locais
VIGIAGRO - Vigilância Internacional Agropecuária
VIGIFITO1 -Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos
VIGIZOO2 - Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de animais, seus produtos e insumos

LISTA DE QUADROS, TABELAS E DECLARAÇÕES

Título	Página
Quadro 01. Identificação da Unidade Jurisdicionada	14
Quadro 02. Execução física das ações realizadas pela UJ	28
Quadro 03. Metas e resultados da Ação PCEANIMAL	29
Quadro 04. Metas e resultados da Ação FEBREAFTOS	30
Quadro 05. Metas e resultados da Ação VIGIZOO2	31
Quadro 06. Metas e resultados da Ação PCEVEGETAL	32
Quadro 07. Metas e resultados da Ação VIGIFITO1	33
Quadro 08. Metas e resultados da Ação FISCPLANTA2	34
Quadro 09. Metas e resultados da Ação FISCANIMAL2	35
Quadro 10. Metas e resultados da Ação INSPANIMAL3	36
Quadro 11. Metas e resultados da Ação IPVEGETAL2	37
Quadro 12. Metas e resultados da Ação PADCLASSIF	38
Quadro 13. Metas e resultados da Ação FISCORGEN	39
Quadro 14. Metas e resultados da Ação FISCALSEM1	40
Quadro 15. Metas e resultados da Ação FISFECOI	41
Quadro 16. Metas e resultados da Ação FISAGROTOX	42
Quadro 17. Metas e resultados da Ação FISPROVET1	43
Quadro 18. Metas e resultados da Ação FISCAGRIC1	43
Quadro 19. Metas e resultados da Ação FISCINAN	44
Quadro 20. Metas e resultados da Ação FISCGENE	45
Quadro 21. Metas e resultados da Ação CERTORGAN1	46
Quadro 22. Metas e resultados da Ação DESENORG	47
Quadro 23. Metas e resultados da Ação MANUTSFAS	49
Quadro 24a. Movimentação orçamentária por grupo de despesa	50
Quadro 24b. Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação	51
Quadro 25. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	52
Quadro 26. Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	52
Quadro 27. Desempenho Físico e Financeiro da SFA/BA - 2011	56
Quadro 28. Resultados do Indicador de Eficácia	57
Quadro 29. Resultados do Indicador de Eficiência	59
Quadro 30. Resultados do Indicador de Efetividade	60
Quadro 31. Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores	62
Quadro 32. Força de trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/11	63
Quadro 33. Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Situação em 31/12/11	63
Quadro 34. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ em 31/12	64
Quadro 35. Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação em 31/12/11	64
Quadro 36. Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação em 31/12/11	64
Quadro 37. Composição do quadro de servidores inativos - Situação 31/12/11	65
Quadro 38. Composição do quadro de instituidores de pensão - Situação em 31/12/11	65
Quadro 39. Composição do quadro de estagiários	65
Quadro 40. Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	66
Quadro 41. Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ	67
Quadro 42. Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de	67
Quadro 43. Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para	67
Quadro 44. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	67
Quadro 45. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	68
Quadro 46. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	69
Quadro 47. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	69
Quadro 48. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes	70
Quadro 49. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade	70
Quadro 50. Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse	71
Quadro 51. Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV	72
Quadro 52. Demonst. do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	73
Quadro 53. Estrutura de controles internos da UJ	73
Quadro 54. Gestão ambiental e licitações sustentáveis	75
Quadro 55. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União	77
Quadro 56. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	77
Quadro 57. Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ	78
Quadro 58. Gestão da tecnologia da informação da Unidade Jurisdicionada	79
Quadro 59. Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador	80
Quadro 60. Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)	81
Quadro 61. Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	81
Quadro 62. Declaração do Contador	84

SUMÁRIO

Título	Página
ORGANOGRAMA FUNCIONAL	9
INTRODUÇÃO	10
1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	14
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS	15
2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade	15
2.1.1. Competência Institucional	15
2.1.2. Objetivos Estratégicos	16
2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.....	18
2.2.1. Análise do Andamento do Plano Estratégico do Órgão.....	18
2.2.2. Análise do Plano de Ação da Unidade no Exercício	19
2.3. Programas e Ações Sob Responsabilidade da Unidade	23
2.3.1. Programas de Governo Executados Pela Unidade	23
2.3.1.1. Programa 0357 - Segurança da Sanidade na Agropecuária.....	23
2.3.1.2. Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	24
2.3.1.3. Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	25
2.3.1.4. Programa 1442 - Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.....	26
2.3.1.5. Programa 1426 - Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade	26
2.3.1.6. Programa 0750 - Apoio Administrativo.....	27
2.3.2. Principais Ações dos Programas Executados Pela Unidade	28
2.3.2.1. Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais	28
2.3.2.2. Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa	30
2.3.2.3. Ação 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos.....	31
2.3.2.4. Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	32
2.3.2.5. Ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos	33
2.3.2.6. Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos	34
2.3.2.7. Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Seus Produtos e Insumos	35
2.3.2.8. Ação 8938 - Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal	35
2.3.2.9. Ação 8939 - Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e Outros Produtos de Origem Vegetal.....	37
2.3.2.10. Ação 4746 - Padronização e Classificação de Produtos Vegetais	38
2.3.2.11. Ação 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismo Geneticamente Modificado	39
2.3.2.12. Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças.....	39
2.3.2.13. Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	40
2.3.2.14. Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos, Seus Componentes e Afins	41
2.3.2.15. Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário	42
2.3.2.16. Ação 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas	43
2.3.2.17. Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.....	44
2.3.2.18. Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Para Multiplicação Animal	45
2.3.2.19. Ação 4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica	46
2.3.2.20. Ação 8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica	47
2.3.2.21. Ação 4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.....	49
2.3.2.22. Outras Ações Desenvolvidas Pela Unidade	50
2.4. Desempenho Operacional e Financeiro.....	50

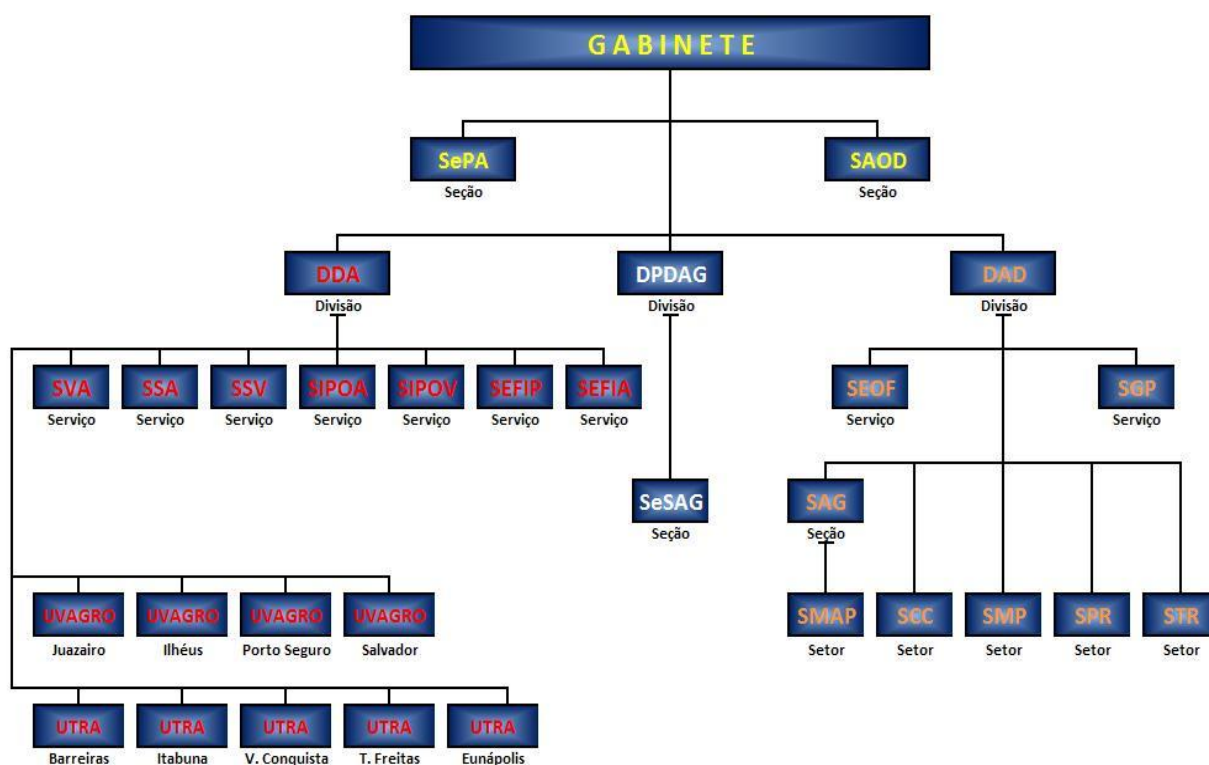
2.4.1. Programação Orçamentária das Despesas	50
2.4.2. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	50
2.4.3. Execução Orçamentária das Despesas	51
2.4.3.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	51
2.4.3.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos Pela UJ por Movimentação	51
2.4.3.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	51
2.4.3.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Desp. dos Créditos Recebidos por Movimentação	52
2.4.3.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Desp. dos Créd. Recebidos por Movimentação ...	52
2.4.4. Indicadores Institucionais	53
2.4.4.1. Desempenho Operacional	56
2.4.4.2. Análise do Indicador de Eficácia	57
2.4.4.3. Análise do Indicador de Eficiência	59
2.4.4.4. Análise do Indicador de Efetividade	60
2.4.4.5. Análise do Indicador de Economicidade	61
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	62
4. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES..	62
4.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	62
4.2. Análise Crítica	62
5. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....	62
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos	62
5.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada	63
5.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada	63
5.1.3. Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da UJ	64
5.1.4. Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a idade.....	64
5.1.5. Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a escolaridade	64
5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	65
5.2.1. Quadro de servidores inativos da UJ segundo o regime de proventos e de aposentadoria	65
5.2.2. Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada.....	65
5.3. Composição do Quadro de Estagiários	65
5.4. Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada	66
5.5. Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.....	67
5.5.1. Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão	67
5.5.2. Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.....	67
5.5.3. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade	67
5.5.4. Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	68
5.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	68
6. INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO	69
6.1. Instrumentos de transferências vigentes no exercício.....	69
6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2011	69
6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	69
6.1.3. Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2012 e Seguintes	70

6.2. Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termo de Cooperação e Contratos de Repasse.....	70
6.2.1. Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	71
6.3. Análise Crítica	71
7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES DE CONVÊNIOS.....	72
7.1. Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV.....	72
8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DA DA LEI Nº 8.730.....	72
8.1. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93	72
8.2. Análise Crítica.....	73
9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ	73
9.1. Estrutura de Controles Internos da UJ.....	73
10. ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS	75
10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	75
11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UJ.....	76
11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	76
12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ	79
12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	79
13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....	80
13.1. Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo	80
13.1.1. Relação Dos Portadores de Cartão de Crédito Corporativo na Unidade e Utilização no Exercício	80
13.1.2. Utilização dos Cartões de Crédito Corporativo da Unidade	81
14. INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ	81
15. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	81
15.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	81
15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	81
15.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	81
15.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	83
16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	83
16.1. Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Atendidas no Exercício.....	83
16.2. Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Pendentes de Atendimento	83
17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ	84
17.1. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	84
18. INDICADORES DE DESEMPENHO DA GESTÃO ESTRATÉGICA DO MAPA	84
19. RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	85

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

ORGANOGRAMA DA SFA-BA

SePA - Seção de Planejamento e Acompanhamento



INTRODUÇÃO

Nas organizações públicas a importância maior deve ser direcionada para o cidadão e a sociedade. Elas devem buscar a eficiência e a efetividade de suas ações, assim como as empresas privadas, pois a sociedade, como acionista maior do setor público, demanda a melhoria de políticas e serviços, objetivando trazer benefícios para todos.

O Brasil é hoje um dos principais produtores e fornecedores de produtos agropecuários para o mundo. É o 1º produtor de açúcar, café e suco de laranja; o 2º de soja, carne bovina, tabaco e cana de açúcar etanol; o 3º de aves; e o 4º de milho e carne suína. É o 1º exportador de açúcar, café, suco de laranja, carne bovina, tabaco, cana de açúcar etanol e aves; o 2º de soja; o 3º de milho; e o 4º de carne suína. As exportações do agronegócio em 2010 foram responsáveis por um superávit de US\$ 63 bilhões de dólares na balança comercial do país, direcionadas a 215 destinos em mais de 180 países. Projeções indicam que até 2019 as exportações de carne bovina brasileira representarão 60,6% do comércio mundial; a carne suína representará 21, e a carne de frango deverá representar 89,7% do comércio mundial. Assim, o MAPA deve atuar de maneira firme e decisiva, auxiliando o crescimento deste setor da economia brasileira com vistas ao benefício da sociedade.

A estratégia do MAPA está sintetizada em um mapa estratégico, que é a representação gráfica dos desafios a serem superados pelo Ministério para a consecução da sua Visão de Futuro para 2015 – “Ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio”, e, realização da sua missão institucional – “Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”. São vinte e cinco desafios, ou objetivos estratégicos, distribuídos em quatro perspectivas de análise: a perspectiva da Sociedade, com os objetivos estratégicos que retratam o que o MAPA pretende atingir mediante o olhar do poder executivo e da sociedade como um todo; a perspectiva do Agronegócio e Parceiros, conjunto de objetivos estratégicos a serem atingidos pela instituição para ter o reconhecimento dos parceiros e do agronegócio brasileiro; a perspectiva de Processos Internos, que agrupa os objetivos estratégicos que a instituição terá de alcançar para atender a cada um dos atributos de valor retratados nas perspectivas anteriores e; a perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento, congrega os objetivos estratégicos que focam o desenvolvimento das pessoas, o ambiente de trabalho da instituição, assim como suas tecnologias que servem de base para execução dos processos organizacionais.

Como unidade descentralizada desse Ministério a Superintendência Federal da Agricultura na Bahia é a responsável pela aplicação, acompanhamento e fiscalização dos programas e ações do PPA 2008-2011 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Estado da Bahia. E, nesse sentido, vem também se empenhando na implementação do plano estratégico do MAPA e no aperfeiçoamento de seus processos, no intuito de se projetar em um patamar mais elevado na implementação de políticas e de prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio. O desenvolvimento das ações abrange todas as regiões do estado da Bahia; nessas regiões, o agronegócio envolve diversas cadeias produtivas que demandam uma série de requerimentos cujo apoio da Superintendência é fundamental. Sendo, este Relatório de Gestão, um esforço no sentido de apresentar as realizações exigidas por este setor produtivo no exercício de 2011, elaborado em conformidade com as normas expedidas pelos órgãos de controle.

O conteúdo do documento está de acordo com as determinações estabelecidas pelo TCU através da Decisão Normativa nº 108/2010, e atende as exigências contidas nas Partes A, B e C do Anexo II, conforme está relacionado no item “b” do Quadro A1. Na elaboração do texto foi observada a sequência recomendada nas disposições contidas na Portaria TCU nº 123/2011, entretanto, apenas estejam sendo relatados os itens que se aplicam a esta SFA/BA.

Alguns itens dos conteúdos estabelecidos pelo TCU, no Anexo II da Decisão Normativa nº 108/2010, não se aplicam à SFA/BA. Em Desempenho Orçamentário e Financeiro (Alínea “d” do Item 2 do Anexo II-A): o tópico I “Programação Orçamentária das Despesas” não se aplica à natureza jurídica da UJ que não é Unidade Orçamentária (UO), ela apenas é executora das ações finalísticas e utiliza recursos descentralizados pelo MAPA, e do tópico II “Execução Orçamentária das Despesas” o subtópico “Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ”; Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos (Item 3 do Anexo II-A) e; Informações Sobre as Renúncias Tributárias Sob a Gestão da UJ (Item 14 do Anexo II-A). Dos itens da Parte B do Anexo II da DN nº 108/2010, apenas o item referente à Declaração do Contador é aplicável a UJ, os demais não se aplicam. Com relação ao item 21 da Parte C do Anexo II, suas informações estarão consolidadas no Relatório de Gestão da Sede, sendo aqui mostrado apenas o que se referir ao trabalho da Superintendência.

Principais realizações da gestão no exercício.

No SSA - Serviço de Saúde Animal, destacamos: no PNEFA - Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, a parceria e a responsabilidade compartilhada entre o SSA, a ADAB e a iniciativa privada resultaram na extinção da Zona Tampão e a criação da Zona de Proteção Livre da Febre Aftosa com vacinação e, mais recentemente, a realização da segunda etapa de vacinação apenas de animais com idade até 24 meses. Hoje a Bahia é 100% Livre de Febre Aftosa com vacinação e esse acontecimento fez recrudescer com intensidade a economia dessa região, oportunizando novos horizontes econômicos, com a valorização do rebanho, para os pecuaristas deste Estado.

No Serviço de Sanidade Vegetal - SSV, dentre os resultados positivos podemos destacar: a ratificação dos acordos bilaterais celebrados entre o Brasil, os Estados Unidos da América, o Japão, Argentina, Chile e Uruguai; a geração de emprego e renda na exportação de frutas para o mercado internacional; a prevenção e o controle de pragas quarentenárias; a realização das ações planejadas do Programa de Exportação de Manga e Uva no Vale do São Francisco, manga em Livramento de Nossa Senhora e mamão no Extremo Sul do Estado; o acompanhamento do Convênio de Defesa Agropecuária da ADAB - Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia com a SDA/MAPA, através da fiscalização das ações e aquisições previstas no Plano de Trabalho, fiscalização das Barreiras Fitossanitárias Fixas e Móveis, das Coordenadorias, Gerências Técnicas e Escritórios Locais da ADAB; a fiscalização das ações de controle do Bicudo do Algodão, no âmbito do Programa Fitossanitário do Algodão, nas Regiões Oeste e Sudoeste da Bahia; a fiscalização das ações de controle da Ferrugem Asiática da Soja, no âmbito do Programa Fitossanitário da Soja, na Região Oeste da Bahia e; a fiscalização do Programa Fitossanitário da Banana, principalmente em visitas às plantações nas Regiões do Baixo Sul e Oeste da Bahia, visando confirmar a ausência da praga Sigatoka-negras, uma vez que nosso Estado ostenta o status de área livre.

No Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SIPOA, destacamos: o incremento nas atividades de aprovação de terreno e projetos de construção; avanços significativos na habilitação de empresas com SIE - Serviço de Inspeção Estadual, consolidando o sistema e permitindo que essas empresas participem do comércio nacional de produtos de origem animal; a inspeção, fiscalização e auditoria na área de Mel e Derivados pelo aumento do número de entrepostos, levando ao acréscimo de análises de Processos de Construção, de emissão de Laudos para aprovação de terrenos e de Processos para aprovação de rotulagens e memoriais descritivos de produtos (estas atividades garantem o aumento da produção de mel e subprodutos inspecionados e de qualidade higiênico-sanitária e tecnológica, refletindo também no aumento da produção de mel do Estado); a inspeção das graxarias nos matadouros-frigoríficos e nas graxarias industriais, visando o controle higiênico sanitário e o cumprimento das exigências estabelecidas pelo DIPOA, em respeito aos acordos internacionais, visando à prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina, conhecida vulgarmente como Doença da Vaca Louca e; o incremento na coleta de amostras para

análises de resíduos no âmbito do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes e para combate a fraudes econômicas, a exemplo do combate a adição fraudulenta de água no frango congelado, pescado e leite, além do uso de substâncias proibidas no leite e derivados (a exemplo da água oxigenada e soro de leite).

No Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – SIPOV, destacamos: a classificação da qualidade vegetal de grãos como feijão, arroz, café, milho, soja, cacau, etc.; a fiscalização de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, tanto na produção industrial interna, como também na aferição da qualidade dos produtos importados, a exemplo do vinho, conhaque, uísque, cachaça, aguardente, sucos, polpas de fruta e água de coco e; no Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, a fiscalização em produtos vegetais suspeitos de contaminação.

No Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas - SEFIA, destacamos a fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes e de sementes e mudas, tão importante para garantir a conformidade desses insumos para o produtor rural, minimizando os riscos para a produção e produtividade agrícola. No SEFIP - Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários, destacamos a fiscalização dos produtos para alimentação animal, visando assegurar a conformidade dos alimentos e matérias primas, minimizando os riscos para o criador atingir o desempenho esperado nos resultados da produção e produtividade. No Serviço de Vigilância Agropecuária - SVA e nas Unidades de Vigilância Agropecuária - UVAGRO, ressaltamos a grande importância da fiscalização exercida, nas atividades de exportação e importação dos produtos vegetais e das embalagens de madeira, nos portos e aeroportos do Estado, fundamentada na legislação de defesa e inspeção animal e vegetal e objetivando preservar a sanidade e a qualidade dos produtos e insumos agropecuários em trânsito.

Na Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG ressaltam-se: no contexto da Indicação Geográfica, a finalização do projeto de requerimento de IG da Cachaça de Abaíra e seu encaminhamento ao INPI; o acompanhamento de dois novos convênios firmados com a Associação dos Produtores de Cacau e a Associação Baiana dos Produtores de Café, em que o Ministério da Agricultura repassou os recursos necessários para o custeio da elaboração de novos requerimentos de IG, para o Cacau do Sul da Bahia e o Café do Oeste da Bahia; a participação nas discussões, com instituições do estado da Bahia, que redundaram na decisão de criação do Fórum Estadual de Indicação Geográfica, cuja coordenação está a cargo desta Divisão; a participação, junto com outras instituições do Nordeste, na proposição de criação do Fórum Nordestino de IG e Marcas Coletivas; no tocante a Convênios e Contratos de Repasse, principais instrumentos de transferência de recursos orçamentários para a sociedade, a DPDAG contribuiu para a captação de R\$ 15.597.544,95 em benefício de municípios do estado da Bahia, através da análise e aprovação de Planos de Trabalho de Emendas Parlamentares e; o acompanhamento de convênios realizados com recursos do Departamento Nacional de Cooperativismo - DENACOOOP que propiciaram a criação de três Consórcios no Estado, um deles instalado em Ilhéus, congregando produtores de cacau daquele município e outros dois instalados na cidade de Ipiaú, envolvendo produtores de polpas de frutas e agroindústrias do mesmo segmento produtivo.

Entre os principais entraves para a realização dos objetivos traçados para o exercício, destacam-se: problemas com o volume e periodicidade de liberação de recursos direcionados para alguns programas, impactando diretamente no desempenho físico; o limite de 40 diárias estabelecido pelo Decreto 7.446/2011; a impossibilidade de deslocamento de Fiscais para realização de fiscalizações, no mês de março, enquanto se aguardava a regulamentação do Decreto; demora no atendimento do Processo solicitando autorização da Secretaria Executiva para ampliação do número de diárias; a falta de concurso público para atender a carência por servidores, técnicos e administrativos está se tornando insuportável para a Superintendência; os concursos com poucos servidores disponibilizados para o Estado geraram um quadro de pessoal envelhecido e diminuto, agravado

pelas aposentadorias e mortes, em alguns setores 80% dos Fiscais recebem o abono de permanência, ou seja, já podem aposentar e; a burocracia na tramitação dos processos de licitação também vem se configurando num forte obstáculo para a realização das atividades finalísticas da SFA/BA, agravada pela carência numérica de servidores administrativos, fato que tem levado à aquisição de materiais e serviços com atrasos, pelas idas e vindas dos processos. Também a qualidade de alguns materiais de consumo adquiridos, por meio de licitação por pregão eletrônico, é sofrível, obrigando a devoluções que provocam novos atrasos.

Mesmo com a crise financeira mundial as perspectivas de crescimento da produção agropecuária brasileira são otimistas, no curto e longo prazo. A forte demanda interna e a conquista de novos mercados têm impulsionado de forma continuada o agronegócio. A tímida recuperação econômica de alguns dos parceiros tradicionais, o crescimento dos países emergentes, somados ao crescimento do poder de compra dos brasileiros e o consequente fortalecimento do mercado interno, permite vislumbrar uma forte demanda pelas ações finalísticas da SFA/BA. Por outro lado, o forte empenho no sentido da modernização, eficiência e funcionalidade praticado na Unidade, como renovação da frota de veículos, aquisição de equipamentos para informatização, melhoria nas condições de trabalho, aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e controles, etc., nos permite inferir que o ano de 2012 será de resultados positivos para as nossas ações; minimizando os riscos para os produtores agropecuários, aumentando nossa segurança alimentar, melhorando os resultados de produção e produtividade do meio rural de forma sustentável e gerando emprego e renda para a sociedade brasileira.

Finalmente, com este relatório, a SFA/BA pretende prestar contas à sociedade, dos resultados obtidos através dos recursos financeiros alocados no ano de 2011 e espera estar contribuindo para a geração de informações necessárias aos debates sobre a promoção da melhoria da qualidade da ação pública.

Virginia Alice Almeida Hagge
Superintendente Federal

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

(Item 1 do Anexo II-A da DN TCU 108/2010)

Quadro 01 (A.1.1). Identificação da Unidade Jurisdicionada.

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia			
Denominação abreviada: SFA – BA			
Código SIORG: 2788	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: UG: 130029	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Cód. 101-5 Poder Executivo Federal - Administração Direta			
Principal Atividade: Regulamentação e Fiscalização das questões econômicas na agricultura: federal, estadual e municipal.		Código CNAE: 8413-2/00	
Telefones/Fax de contato:	(71) 3444-7436/7437	(71) 3444-7440	
E-Mail: gab-ba@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http:// www.agricultura.gov.br .			
Endereço Postal: Largo dos Aflitos, S/N, Ed. Ceres, Centro, Salvador-BA. CEP. 40.060-030			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Instituída pelo Decreto nº 5.351 de 21/01/2005, publicado no D.O.U. de 24 de janeiro de 2005			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Atribuições regimentais – Das Competências: Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial MAPA nº 428, de 9 junho de 2010, publicada no DOU de 14/06/2010 - Seção 1.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Todos os manuais e publicações relacionadas às atividades da SFA/BA são elaborados, deliberados e divulgados pelos órgãos centrais (Secretarias e Departamentos) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130029	Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS

(Item 2 do Anexo II-A da DN TCU 108/2010)

2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade

(Alínea “a” do Item 2 do Anexo II-A da DN TCU 108/2010)

2.1.1. Competência Institucional

A Superintendência Federal da Agricultura na Bahia cumpre um importante papel no âmbito do agronegócio baiano, executando um rigoroso trabalho para assegurar a qualidade e a sanidade dos produtos de origem animal e vegetal. Como unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ela é a responsável pela aplicação, acompanhamento e fiscalização dos programas e ações do PPA 2008-2011 do Ministério no Estado; implementando políticas para o desenvolvimento do agronegócio regional, agregando os aspectos de mercado, tecnológicos, organizacionais e ambientais com o propósito de atender os consumidores do país e do exterior, promovendo a segurança alimentar, a geração de renda e emprego, a redução das desigualdades e a inclusão social. Executa também outras atividades relacionadas à promoção da exportação, à promoção da infraestrutura rural, ao controle da mecanização e aviação agrícola e modernização dos sistemas de produção de sementes, ao desenvolvimento da produção de alimentos orgânicos e do sistema de produção integrada e certificada.

A SFA/BA está subordinada ao cumprimento do seu Regimento Interno, determinado pela Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010 onde se encontra definida a sua estrutura organizacional e competências legais. A ela compete executar atividades e ações de: defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuária; fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura; assistência técnica e extensão rural; infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural; produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool; administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais; planejamento estratégico e planejamento operacional; programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal. E, para tanto, apresenta a seguinte estrutura organizacional: O Gabinete, a Seção de Planejamento e Acompanhamento (SePA), a Seção de Apoio Operacional e Divulgação (SAOD), a Divisão de Defesa Agropecuária (DDA), a Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG) e a Divisão de Apoio Administrativo (DAD) são responsáveis pela gestão técnica e administrativa da Unidade.

À Divisão de Apoio Administrativo (DAD), por intermédio de suas unidades operativas: Serviço de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF); Serviço de Gestão de Pessoas (SGP); Seção de Atividades Gerais (SAG); Setor de Manutenção Predial (SMAP); Setor de Compras e Contratos (SCC); Setor de Material e Patrimônio (SMP); Setor de Protocolo (SPR) e; Setor de Transporte (STR) compete promover e coordenar a execução das atividades de administração geral e processamento da execução orçamentária e financeira dos recursos alocados. Portanto, está sob sua responsabilidade prover os meios necessários à implementação e gestão dos programas finalísticos da SFA/BA.

À Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG) e sua Seção de Suporte Agropecuário SeSAG, compete a promoção, orientação e acompanhamento da execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos. Também desenvolve ações no setor da produção agropecuária orgânica, promovendo o acompanhamento da produção por meio de articulação interinstitucional, e na formulação e acompanhamento de políticas públicas e fomento.

Já a Divisão de Defesa Agropecuária (DDA), com suas unidades centrais e descentralizadas é a responsável pelo desenvolvimento dos Programas do Governo Federal, com as ações finalísticas previstas no Plano Plurianual (PPA), e pela coordenação e supervisão dos macroprocessos de fiscalização, inspeção e defesa da agropecuária, executados pelas seguintes unidades:

O Serviço de Vigilância Agropecuária (SVA) e as Unidades de Vigilância Agropecuária (UVAGRO) desenvolvem suas ações fundamentadas na legislação de defesa e inspeção animal e vegetal e na fiscalização do trânsito internacional de insumos agropecuários, contemplando também os acordos internacionais, como MERCOSUL e CIPF (Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária), dentre outros;

O Serviço de Saúde Animal (SSA) e o Serviço de Sanidade Vegetal (SSV) atuam na programação, controle, orientação e promoção da execução das atividades zoossanitárias e fitossanitárias que envolvem ações de vigilância, prevenção, controle e profilaxia das doenças dos animais e das pragas dos vegetais, e tendo como parceiro na execução de algumas das suas atividades a Agência de Defesa Agropecuária (ADAB), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado da Bahia, órgão executor de defesa agropecuária no Estado;

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA) é responsável pelo trabalho de Inspeção Higiênico-Sanitária e Tecnológica de produtos como carne, leite, mel, ovos, pescado e derivados produzidos, manipulados ou armazenados no Estado da Bahia, que se destinam à comercialização interestadual e internacional. É responsável também pela análise prévia para o registro de novos estabelecimentos e pela aprovação de rótulos de produtos;

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (SIPOV) atua na área de Inspeção e Fiscalização de Bebidas e Vinagres, no registro, inspeção e fiscalização de estabelecimentos produtores, importadores e exportadores de bebidas e vinagres no Estado da Bahia, também promove a fiscalização da classificação dos produtos de origem vegetal quando o produto for destinado diretamente ao consumo humano, nas importações e nas compras do Poder Público, tendo por finalidade garantir o cumprimento dos dispositivos legais, coibindo a comercialização dos produtos que estejam em desacordo com as normas de identidade e os padrões de qualidade;

O Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários (SEFIP) e o Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas (SEFIA) atuam no registro e fiscalização dos estabelecimentos produtores de insumos agropecuários e seus respectivos produtos que abrangem todos os segmentos da cadeia do agronegócio, na produção de fertilizantes, corretivos e inoculantes, agrotóxicos e afins, na fiscalização de organismos geneticamente modificados, no comércio internacional de sementes e mudas, alimentos destinados à alimentação animal, materiais de multiplicação animal e vegetal e empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários;

Às Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (UTRA) competem à execução, no âmbito da respectiva jurisdição, as atividades de: defesa agropecuária; desenvolvimento agropecuário; administração geral da unidade e; elaborar relatórios das atividades desempenhadas.

2.1.2. Objetivos Estratégicos

A Missão institucional do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é a de promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira. Para tanto, é de fundamental importância que se aproveite todas as oportunidades disponíveis no intuito de disponibilizar acesso a alimentos mais seguros e saudáveis,

com qualidade e preços acessíveis e de contribuir de maneira significativa para o Brasil crescer e se destacar no cenário mundial.

Para um melhor entendimento da conjuntura atual é necessário que observemos, com a devida atenção, alguns dos importantes indicadores do agronegócio brasileiro: temos atualmente no país mais de cinco milhões de estabelecimentos agropecuários, e esse número vem crescendo; o agronegócio já responde por mais de um terço da balança comercial brasileira, trazendo bilhões de dólares em divisas para o país; a velocidade das mudanças sociais se multiplica, pressionando o setor a aumentar a sua competitividade; a população mundial, e também a brasileira, continua a crescer; isso provoca o aumento no consumo de proteína animal; aumento na demanda mundial de grãos; aumento no consumo de frutas e hortaliças; além disso, se agrava o problema do aquecimento global e da escassez de recursos naturais; ao mesmo tempo, diversas tecnologias sustentáveis se desenvolvem, como a biotecnologia e a biossegurança; a procura por produtos mais saudáveis e sustentáveis aumenta o que faz crescer a produção de orgânicos; cresce a demanda pelo uso de biocombustíveis; e, para completar, o consumidor está cada vez mais exigente e bem informado. Em vista de todas essas transformações, precisamos estar preparados para atender a crescente demanda por alimentos da sociedade brasileira e do planeta, com qualidade e agilidade.

Nas últimas décadas o agronegócio brasileiro tem demonstrado um grande dinamismo, sendo constantes as perspectivas de crescimento do setor. Este fato determina a necessidade de monitoramento do agronegócio nacional e internacional, presente e futuro. Outros fatores determinantes como os processos de urbanização, o envelhecimento das pessoas, as novas necessidades nutricionais, os novos hábitos de consumo, bem como os altos requisitos de qualidade de vida exigem inovações e diversificações na produção de alimentos, fibras e outras matérias-primas, o que certamente definirá a posição de destaque do Brasil no mercado mundial. Essa inserção envolve um processo sistemático de prospecção, planejamento, formulação de políticas públicas e diretrizes que nortearão a modernização da estrutura e a gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para atender aos seus públicos-alvo e à sociedade.

A Superintendência tem investido, de forma efetiva, na modernização de sua gestão, buscando fazer cumprir suas responsabilidades institucionais e a concretização dos Objetivos Estratégicos do Ministério, visando atender, da melhor forma possível, ao seu público externo, que exige políticas públicas e serviços mais eficientes e eficazes. Para tanto, ela conta com uma estrutura operacional simples e objetiva que lhe permite realizar suas atividades com qualidade e rapidez, atuando desde a produção, processamento, transporte e comercialização dos alimentos, da defesa ao desenvolvimento agropecuário e nas políticas de capacitação e melhoramento da agricultura como um todo, inocuidade dos alimentos até o fortalecimento da economia brasileira, numa ação integrada entre os mais diversos órgãos e instituições. Nesse sentido, vem se empenhando no aperfeiçoamento de seus processos, no intuito de se projetar em um patamar mais elevado na implementação de políticas e de prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio. O desenvolvimento das ações compreende todas as regiões do estado da Bahia onde o agronegócio envolve diversas cadeias produtivas que demandam uma série de requerimentos cujo apoio da Superintendência é fundamental.

A SFA/BA tem gerenciado de forma sistemática suas competências legais e perseguido de modo obstinado os Objetivos Estratégicos do Ministério. Portanto, focada na Missão, e Visão de Futuro do MAPA, a SFA/BA tem investido no seu aperfeiçoamento funcional, e tendo na observância dos Objetivos Estratégicos do Ministério traçado o seu rumo para a promoção do desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade baiana e, dessa forma, também ser reconhecida pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do seu agronegócio.

2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

(Alínea “b” do Item 2 do Anexo II-A da DN TCU 108/2010)

2.2.1. Análise do Andamento do Plano Estratégico do Órgão

Diante dos desafios da sociedade, o MAPA buscou implementar um plano de Gestão Estratégica visando maior eficiência em suas ações; promovendo um grande salto de inovação, qualidade e melhorias. Iniciada em 2006, a Gestão Estratégica aponta com clareza o rumo de nossas ações para o futuro e os resultados que buscamos para nossa agricultura. Com ela podemos responder a quatro importantes questões: qual é a razão de ser da nossa Organização – **Missão**; onde queremos chegar – **Visão de Futuro**; como vamos chegar lá – **Plano Estratégico**; como cada servidor pode contribuir – **Foco e Ação**.

O Plano Estratégico definido para o MAPA é a chance que temos de ter um ministério diferente, mais forte e atuante. Nele estão definidos 25 objetivos estratégicos que são os desafios que teremos de enfrentar com o talento, competência, experiência e vontade de seus servidores, para superarmos os grandes desafios do Ministério até 2015; e com isso, ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços e que participe ativamente no desenvolvimento sustentável do agronegócio do país.

O Plano Estratégico do MAPA está estruturado em quatro perspectivas distintas: a perspectiva da sociedade; a perspectiva do agronegócio e parceiros envolvidos; a perspectiva dos nossos processos internos e; a perspectiva das pessoas, com seus aprendizados e conhecimentos. Ele está alinhado com dois tradicionais instrumentos de gestão do governo: o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Portanto, todas as iniciativas estratégicas estão incluídas no Plano Plurianual, e os quatro objetivos estratégicos da perspectiva sociedade formam os objetivos setoriais do PPA.

Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento – Cinco desafios compõem essa perspectiva: desenvolver e reter competências do corpo funcional; desenvolver comunicação interna ágil e eficaz; desenvolver cultura orientada a resultados; valorizar e motivar as pessoas e fortalecer o trabalho em equipes interdisciplinares; e melhorar a gestão da informação e do conhecimento.

Perspectiva de Processos Internos - São treze desafios nessa perspectiva: fortalecimento do processo de Gestão Estratégica do MAPA; ter eficiência e transparência na execução orçamentária e financeira; melhorar continuamente a infraestrutura e os processos de trabalho; aprofundar o conhecimento sobre o agronegócio; ampliar a oferta de estudos de prospecção e avaliação; melhorar a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio; buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio; garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos; desenvolver e garantir o acesso a tecnologias; estimular a agregação de valor na produção agropecuária; promover a organização e a integração das cadeias produtivas; aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA e; promover o agronegócio e a imagem do MAPA.

Perspectiva do Agronegócio e Parceiros - Nessa perspectiva existem três grandes desafios: ser referência em informações estratégicas para o agronegócio; ser excelente na implementação de políticas e na prestação de serviços para o agronegócio e; ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio.

Perspectiva da Sociedade - A última perspectiva traz quatro grandes desafios: garantir a segurança alimentar; aumentar a produção de produtos agropecuários não alimentares e não energéticos;

ampliar a participação da agroenergia na matriz energética e; impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

O Plano Estratégico do MAPA foi implantado em 2006 e muito dos objetivos definidos já foram alcançados, outros vem sendo gradativamente incrementados e os primeiros resultados já começam a ser percebidos nos indicadores do agronegócio, tais como: geração de empregos, aumento da renda, estímulo na produção agropecuária, interiorização do desenvolvimento do Brasil, o incremento da arrecadação, a exportação do excedente produzido gerando divisas para a balança comercial, a preservação dos nossos recursos naturais, entre tantos outros benefícios.

2.2.2. Análise do Plano de Ação da Unidade no Exercício

Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira é a Missão do MAPA. Para tanto, tem-se aproveitado todas as oportunidades que estão ao seu alcance para ajudar a população brasileira a ter acesso a alimentos mais seguros e saudáveis, com qualidade e preços acessíveis e de contribuir de maneira significativa para o Brasil crescer e se destacar no cenário mundial. Ele tem se preparado para atender a crescente demanda por alimentos da sociedade brasileira e do planeta, com qualidade e agilidade, identificando com clareza os produtos que o Brasil e o mundo consumirão nos próximos anos, sabendo quais são as demandas atuais e futuras que o agronegócio brasileiro apresenta e o que isso representa para a nossa economia, conhecendo quais são as políticas públicas que precisam ser elaboradas para a garantia alimentar do país. Para responder a esses desafios da sociedade, precisa-se mais do que um trabalho eficiente: precisamos dar um grande salto de inovação, qualidade e melhorias.

O nosso Plano Estratégico aponta com clareza o rumo de nossas ações para o futuro e os resultados que buscamos para a nossa agricultura. É a busca constante e diária, que está presente no trabalho de seus servidores com os objetivos de promover o desenvolvimento sustentável do Estado, a competitividade do Agronegócio e gerar benefícios para a sociedade. Buscamos, portanto, ser reconhecidos pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável. Isso é fundamental para o crescimento do país, do agronegócio brasileiro e para o bem estar, levando mais alimentos à população e colocando o Brasil numa posição de destaque no mundo.

A SFA/BA vem alinhando seu planejamento operacional aos nossos desafios, propondo soluções que contribuam para a execução do plano estratégico: conversando, trocando ideias e compreendendo melhor cada desafio e como eles se aplicam à nossa região; criando processos que nos permitam ser cada vez mais ágil e efetivo na implementação de políticas e prestação de serviços e; usando experiências, conhecimento e criatividade para sugerir inovações e soluções na nossa forma de atuar. Enfim, transformando a estratégia em ações e resultados; com talento, competência, experiência e vontade para superarmos os 25 grandes desafios. O MAPA pretende ser reconhecido pela sua qualidade em implementar políticas e prestar serviços, apoiando o desenvolvimento sustentável do país e ajudando milhões de brasileiros a colher os frutos do desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira.

A nossas ações têm sido implementadas em quatro planos distintos: a perspectiva da sociedade; a perspectiva do agronegócio e parceiros envolvidos; a perspectiva dos nossos processos internos e; a perspectiva das pessoas, com seus aprendizados e conhecimentos.

O mapa vem investindo no desenvolvimento do talento e a competência de seus servidores, pois pessoas capacitadas e motivadas são capazes de produzir processos eficazes, que geram excelência administrativa. Processos eficazes são a base para o MAPA oferecer informações estratégicas ao

agronegócio, implementar políticas públicas e prestar serviços de qualidade que fortaleçam o setor e gerem resultados para o país, trazendo benefícios, abastecendo a população com alimentos seguros e de qualidade e promovendo o desenvolvimento sustentável do Brasil a longo prazo.

No ambiente de trabalho, estamos buscando soluções para desenvolver a comunicação interna, de forma ágil e eficaz, criando formas de planejar, executar e avaliar o nosso trabalho, sempre focado nos resultados esperados. Outro grande desafio tem sido valorizar e motivar as pessoas, estimulando o trabalho em equipe. O MAPA vem incentivando esse crescimento profissional por meio de treinamentos e capacitação dos seus servidores. Com pessoas motivadas e capacitadas, tem-se melhorado a gestão da informação e do conhecimento, fundamental para aumentarmos a nossa agilidade e tomarmos decisões mais eficazes.

Com a incorporação de melhores instrumentos de programação, controle e acompanhamento dos objetivos estratégicos à nossa rotina operacional melhoraram-se a eficiência e a transparência na execução orçamentária física e financeira. Investiu-se fortemente na melhoria da infraestrutura e nos processos de trabalho; com aquisição de veículos, mobiliários, computadores e outros equipamentos necessários, que nos ajudarão alcançar a excelência administrativa. Dentro desse pensamento, iniciamos estudos no sentido de aprofundarmos o conhecimento sobre o agronegócio, por meio de pesquisas, ensaios, indicadores e ampliar a oferta de estudos de prospecção e avaliação; só assim, poderemos melhorar a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio, fundamental para o aumento da competitividade do setor. Com a implementação de políticas públicas adequadas estamos viabilizando e garantindo a segurança e qualidade dos alimentos, acesso a tecnologias e estimulando o setor a agregar valor à produção nacional. Investindo-se no aperfeiçoamento das articulações entre o agronegócio e entidades públicas e privadas propiciamos: a conquista e manutenção de mercados para os produtos nacionais; a elaboração e implementação de políticas mais adequadas ao setor; a promoção, a organização e a integração das cadeias produtivas; a promoção do agronegócio no mercado interno e externo e; a valorização da imagem do MAPA junto ao mercado, governo e sociedade. Produzindo-se e disseminando informações qualificadas promovemos o crescimento da competitividade do setor e o aumento da credibilidade do MAPA, tornando-o referência em informações estratégicas para o agronegócio. Implementando-se políticas e prestando serviços com alto nível de excelência, de forma ágil e efetiva, estamos criando soluções inovadoras, ágeis e efetivas, que contribuam para a sustentabilidade e competitividade do setor. É nossa responsabilidade articular, de forma participativa: a organização e integração das cadeias produtivas; a inserção dos produtos nacionais nos mercados, interno e externo; a distribuição mais equitativa dos benefícios auferidos; o estímulo às formas de organização associativas e cooperativas, etc. Em suma, apoiar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio, gerar empregos, aumentar a renda, estimular a produção agropecuária, a interiorização do desenvolvimento do Brasil, o incremento da arrecadação, a exportação do excedente produzido gerando divisas para a balança comercial, a preservação dos nossos recursos naturais, entre tantos outros benefícios.

O modelo de gestão adotado pela SFA/BA foi executado pelas três Divisões (DAD, DDA e DPDAG), sob a coordenação do Gabinete e teve como objetivo principal o monitoramento dos processos da Instituição, com uniformização de procedimentos de planejamento, acompanhamento e avaliação para todos os Serviços. Isto tem proporcionado obtenção de resultados expressivos, demonstrados pelos Indicadores de Desempenho Operacionais das ações finalísticas. A estratégia fundamental consistiu no planejamento e padronização dos procedimentos e ações que visam dar cumprimento ao PPA, com a supervisão da Secretaria de Defesa Agropecuária. A quase totalidade das ações foi executada diretamente pelas diferentes Unidades Gerenciais e outras, executadas indiretamente, pelo Órgão de Defesa Agropecuária do Estado. Cada Serviço Técnico orientou suas atividades em Planos Operativos previamente elaborados, discutidos, analisados e aprovados por seus coordenadores. Houve uma programação de reuniões envolvendo todos os chefes, com o

intuito de discutir, avaliar e ajustar as metas das atividades em execução, resultando em correção de rumos quando detectados desvios e inadequações. Periodicamente foi solicitado pela DDA levantamentos do desempenho dos Programas desenvolvidos por todos os Serviços Técnicos, medida esta que possibilitou a todos os Chefes de Serviços visualizarem melhor o andamento das atividades programadas e tomarem decisões táticas que resultaram na recuperação do desempenho individual de cada Ação, com efeitos extremamente positivos no resultado geral.

O Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários - SEFIP direcionou suas ações no sentido de: assegurar a oferta de produtos de uso veterinário em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais; assegurar qualidade e conformidade dos insumos destinados à alimentação animal; e na melhoria da qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional. Atuou: no licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais; no registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento; na capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação; em auditoria visando garantir a segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário; na fiscalização das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; na conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; na implementação das BPF nos estabelecimentos e; na realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuam, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade.

O Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas - SEFIA atuou fortemente na garantia da conformidade dos insumos agrícolas (sementes, mudas, fertilizantes, inoculantes, aditivos e agrotóxicos) tão importante para o acesso do produtor a insumos com qualidade assegurada, minimizando os riscos inerentes à atividade e visando garantir a produção e a produtividade. Destaca-se a forte fiscalização dos procedimentos industriais dos produtores de fertilizantes e a fiscalização dos produtores de sementes e mudas exercidas por esse Serviço em 2011.

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SIPOA atuou buscando atender as determinações prioritárias do DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal: na fiscalização de resíduos em alimentos, na inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, visando garantir a conformidade dos produtos. Destaca-se nesse Serviço a ampliação da fiscalização e inspeção de mel e derivados, pelo crescimento do parque industrial de mel, e o Programa Nacional de Controle de Resíduos.

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - SIPOV, em conformidade com o DIPOV - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, direcionou suas ações no sentido de garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal. Neste sentido, atuou: no estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da sua qualidade; na inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais; na fiscalização e registro, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; na capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança; na celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.

O Serviço de Saúde Animal - SSA realizou fiscalizações no Órgão Executor - ADAB e em diversos segmentos da agropecuária com o objetivo de diagnosticar não conformidades de risco para a

integridade dos programas de saúde animal na Bahia, além de acompanhar e orientar a execução das atividades de vigilância, controle de trânsito para as diversas espécies animais (intra e interestadual), a comercialização e controle de vacina e a execução das etapas de vacinação contra a Febre Aftosa. A responsabilidade efetiva do Serviço de Saúde Animal com seus objetivos institucionais, com a crescente parceria com o Órgão Executor Estadual e com os demais segmentos do setor da agropecuária, respondem pela extinção da Zona Tampão e consequente criação da Zona de Proteção Livre de Febre Aftosa com Vacinação, com área de 58.201 km² que hoje se somam à área livre, totalizando no Estado da Bahia, 564.529 km² como Área Livre de Febre Aftosa com Vacinação. Esse acontecimento fez recrudescer com intensidade a economia dessa região, oportunizando novos horizontes econômicos, com a valorização do rebanho, para os pecuaristas dessa região. Foram atualizadas as áreas de Risco para a Encefalopatia Espongiforme Bovina – EEB (doença da vaca louca) e Raiva dos Herbívoros, com a aplicação de questionários nas Unidades Veterinárias Locais - UVL da ADAB com o objetivo de identificar as áreas de risco para EEB e Raiva o que é fundamental para o direcionamento estratégico de recurso humanos e financeiros, objetivando a mitigação do risco dessa doença. No Programa de Sanidade Avícola, as atividades desenvolvidas entre seus parceiros MAPA/ADAB e iniciativa privada são responsáveis pela evolução da classificação de grupo “C” para o grupo “B”, significando avanços em todos os seguimentos da cadeia produtiva da avicultura na Bahia. Outros avanços são registrados como a adesão do número de produtores rurais para integrarem o programa certificação de “propriedade de livre da brucelose e tuberculose” com reconhecimento internacional. O alcance dessa meta está gerando não só uma melhor remuneração para o produtor, mas representa um grande avanço para a segurança alimentar da população de forma sustentável.

O SSV - Serviço de Sanidade Vegetal, para consecução dos objetivos propostos, desenvolveu suas Ações no sentido de reforçar as parcerias entre os setores público e privado (Embrapa, ADAB, Moscamed, etc.), tão importantes na manutenção e ampliação do agronegócio, através de convênios e acordos bilaterais celebrados, e levantar os problemas de relevância para a agricultura do estado da Bahia na tentativa de solucioná-los. Prioritariamente, desenvolveu-se atividades relacionadas aos PIs Vigifito e Pcevegetal, tendo como objetivos básicos: a segurança alimentar na produção, importação e exportação de vegetais, produtos e subprodutos de origem vegetal; a proteção de nossa fronteira agrícola contra as pragas quarentenárias e a manutenção e o incremento dos programas de exportação de frutas. As demandas priorizadas foram executadas diretamente por técnicos (Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Atividades Agropecuárias) lotados no SSV, nas Utras de Itabuna, Vitória da Conquista, Barreiras e Uvagos de Salvador, Ilhéus e Juazeiro. As atividades delegadas foram executadas pela a ADAB, OEDSV- Organização Estadual de Defesa Sanitária Vegetal, Legalmente amparada pelo SUASA – Sistema Único de Atenção a Sanidade Agropecuária, Decreto nº 5.741 de 30/03/2006, e fiscalizadas e auditadas pelos técnicos da SFA/BA. Dentre as principais atividades desenvolvidas podemos destacar: o Programa de Monitoramento de Moscas das Frutas em pomares de manga e mamão, cujos frutos foram exportados para os Estados Unidos da América; a implementação do Sistema de Manejo de Risco de Pragas – em unidades de produção de manga destinadas à exportação para os Estados Unidos da América; a implementação do Sistema Approach em unidades de produção de mamão destinadas à exportação; o Programa de Exportação de Mangas para os Estados Unidos da América, Japão, Argentina, Chile e Uruguai; o Programa de Exportação de Mamão para os Estados Unidos da América; a Fiscalização do trânsito interestadual de vegetais – Barreiras Fitossanitárias; a manutenção de Área Livre de Pragas – ALP – para Sigatoka negra no cultivo da bananeira; fiscalização e levantamento fitossanitários em cultivos de soja, algodão e palma forrageira; fiscalização e levantamento fitossanitários em cultivos de citros; fiscalização e levantamento fitossanitários em cultivos de cacau e; elaboração e acompanhamento de convênio técnico celebrado entre o Estado e o MAPA.

A Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG tem suas ações voltadas à promoção do desenvolvimento rural, ao estímulo das boas práticas agrícolas, ao uso

responsável dos recursos naturais, à expansão e fiscalização do crédito e dos investimentos públicos no meio rural; exigindo para o êxito de seu trabalho o estabelecimento de parcerias com os produtores rurais, através de suas entidades associativas, com as universidades, os poderes públicos, estadual e municipal, enfim, com os diversos segmentos que compõem e dão vida ao agronegócio.

O Serviço de Vigilância Agropecuária (SVA) e as Unidades de Vigilância Agropecuária (UVAGRO) desenvolveram suas ações no sentido de impedir a entrada e a disseminação de pragas e doenças de animais e vegetais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população; bem como, inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas e animal no trânsito internacional, além de certificar a fitossanidade e a zoossanidade dos produtos nacionais exportados. Fundamentada na legislação de defesa e inspeção, animal e vegetal, o controle foi exercido com a vigilância em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações e na análise de risco e quarentena de produtos vegetais e animais.

2.3. Programas e Ações Sob Responsabilidade da Unidade

(Alínea “c” do Item 2 do Anexo II-A da DN TCU 108/2010)

2.3.1. Programas de Governo Executados Pela Unidade

A SFA/BA não tem a responsabilidade física ou financeira de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA). A ela cabe apenas a condução e execução de algumas Ações desses programas no estado da Bahia.

2.3.1.1. Programa 0357 - Segurança da Sanidade na Agropecuária

Dados gerais do programa.

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar
Objetivos Específicos	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitossanitários dos mercados internos e externos.
Gerente do programa	Francisco Sérgio Ferreira Jardim
Gerente executivo	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Indicadores utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none"> - Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação - Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação - Incidência da Praga "Cydia Pomonella" - Incidência da Praga "Mosca da Carambola" - Número de Estabelecimentos Certificados como Livre ou Monitorado para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina - Número de Ocorrência da Peste Suína Clássica - Número de Ocorrência de Caso da Doença da Vaca Louca - Número de Ocorrências de Raiva Bovina - Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola - Taxa de Conformidade no Controle de Fronteira - Taxa de Incidência da Doença "Cancro Cítrico"
Público-alvo	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, trans portadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Ações do programa executadas pela Unidade.

Ação	Nome do Programa	Sigla SIAFI	Responsável
8658	Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais	PCEANIMAL	SSA
4842	Erradicação da febre aftosa	FEBREAFTOS	SSA
2139	Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de animais, seus produtos e insumos	VIGIZOO2	SSA

8572	Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais	PCEVEGETAL	SSV
2134	Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos	VIGIFITO1	SSV
2180	Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos	FISCPANTA2	SVA UVAGRO
2181	Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos	FISCANIMAL2	SVA UVAGRO

Importância da execução do programa para o Estado

O estado da Bahia devido à sua extensão territorial, quase continental, e estando propenso ao desenvolvimento de atividades agropecuárias não pode prescindir do Programa de Segurança da Sanidade na Agropecuária, sendo de grande importância as suas Ações para a sustentabilidade do agronegócio baiano. A execução deste programa, no âmbito estadual, é justificada pela necessidade de se manter o Estado livre de doenças e pragas, garantindo assim a efetiva qualidade da produção agropecuária e incrementando a exportação de várias commodities importantes da pauta do agronegócio, assegurando deste modo novos mercados. Outro fator de relevância vem a ser a manutenção da oferta de alimentos com qualidade para o mercado interno. A conjugação destes fatores contribui decisivamente para a fixação do homem no campo e a geração de emprego e renda.

Na execução das Ações do programa são implementadas atividades de vigilância, prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais e das pragas dos vegetais. Para execução de algumas das suas atividades a SFA/BA conta com a parceria da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), da Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia, que é o Órgão executor de defesa agropecuária no Estado. Cabendo ao Ministério a responsabilidade de supervisionar as ações desenvolvidas pela Agência, quer sob a forma de parcerias estabelecidas ou ainda com base no Sistema Unificado de Saúde Animal e Sanidade Vegetal (SUASA).

Na área vegetal sua importância torna-se evidente nas ações executadas no monitoramento de mosca das frutas, em cultivos de manga e mamão, e na prevenção e controle de pragas quarentenárias. Na área animal, uma das metas mais importantes é manter a Bahia livre da febre aftosa com vacinação, por tratar-se de uma doença em que a sua ocorrência provocaria reflexos negativos na economia Estadual e Nacional. O controle e a erradicação das outras doenças dos animais que representam risco para a economia do Estado e para a saúde humana, também são objetos das atividades prioritárias.

2.3.1.2. Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Dados gerais do Programa.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar
Objetivos Específicos	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Maçao Tadano
Indicadores utilizados para avaliação do programa	- Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal - Índice de Qualificação da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários - Número de estabelecimentos com sistema de análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC) - Número de estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário
Público-alvo	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Ações do programa executadas pela Unidade.

Ação	Nome do Programa	Sigla SIAFI	Responsável
8938	Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal	INSPANIMAL3	SIPOA
8939	Inspeção de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal	IPVEGETAL2	SIPOV
4746	Padronização e classificação de produtos vegetais	PADCLASSIF	SIPOV
4745	Fiscalização das atividades com organismo geneticamente modificado	FISCORGEN	SEFIA

Importância da execução do programa para o Estado

A execução das Ações do Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas são da maior relevância para o Estado e sua importância decorre principalmente da necessidade de: garantir a qualidade e inocuidade dos produtos, de origem animal e vegetal, disponíveis ao consumidor baiano e brasileiro; reduzir os gastos públicos com o setor de saúde; assegurar a credibilidade, perante os mercados nacional e internacional, decorrente de uma boa fiscalização; disponibilizar produtos conformes à sociedade e; incrementar a entrada de divisas em função das exportações do agronegócio brasileiro.

2.3.1.3. Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Dados gerais do Programa.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
Objetivos Específicos	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Álvaro Antonio Nunes Viana
Indicadores utilizados para avaliação do programa	- Taxa de conformidade de corretivos agrícolas - Taxa de conformidade de fertilizantes Minerais - Taxa de conformidade de inoculantes - Taxa de irregularidade de defensivos agrícolas
Público-alvo	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Ações do programa executadas pela Unidade.

Ação	Nome do Programa	Sigla SIAFI	Responsável
2179	Fiscalização de sementes e mudas	FISCALSEM1	SEFIA
2141	Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes	FISFECOI	SEFIA
2909	Fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins	FISAGROTOX	SEFIA
2140	Fiscalização de produtos veterinários	FISPROVET1	SEFIP
2124	Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal	FISCINAN	SEFIP
2019	Fiscalização de material genético para multiplicação animal	FISCGENE	SEFIP
2177	Fiscalização de serviços agrícolas	FISCAGRIC1	DPDAG

Importância da execução do programa para o Estado

A qualidade dos insumos e serviços agrícolas tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

A Bahia é um dos estados brasileiros onde o agronegócio tem uma importância fundamental para a economia estadual, salientando-se que grande parcela da população está diretamente ligada a este setor. Ela se destaca a nível nacional e regional: por ser um dos maiores produtores brasileiros de grãos; possuir o maior rebanho de bovinos, ovinos e caprinos do Nordeste; ter o maior parque industrial de fertilizantes e corretivos e; ser o maior produtor de sementes e mudas do Nordeste. Neste sentido, a gestão do Programa de Qualidade dos Insumos e Serviços Agrícolas é de extrema necessidade para que a Bahia continue a aumentar sua produção agrícola, notadamente através do incremento da produtividade, com consequente aumento da renda rural.

2.3.1.4. Programa 1442 - Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Dados gerais do Programa.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
Objetivos Específicos	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação do valor à produção e a busca de sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias
Gerente do programa	Marcio Antonio Portocarrero
Gerente executivo	Helinton José Rocha
Indicadores utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none"> - Número de Tecnologias Protegidas no Âmbito do Agronegócio Nacional - Taxa de Participação das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial de Frutas - Taxa de Participação de Associados de Associações Rurais e Cooperativas na População Brasileira - Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira - Taxa de Utilização e Manejo Adequados do Solo
Público-alvo	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Ação do programa executada pela Unidade.

Ação	Nome do Programa	Sigla SIAFI	Responsável
4720	Aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica	CERTORGAN1	DPDAG

Importância da execução do programa para o Estado

Deve-se ao fato da Bahia destacar-se como um dos principais produtores no agronegócio brasileiro, demonstrando um dinâmico processo de desenvolvimento por meio da substituição de atividades tradicionais, deslocamento da fronteira agrícola, melhor aproveitamento de áreas e redefinição de vocações agropecuárias nas regiões do Estado. Adicionalmente, a extensão territorial da Bahia, as condições edafoclimáticas e a tecnologia disponível contribuem para que a atividade tenha condições favoráveis de produção e expansão, tanto em utilização de áreas, quanto em produtividade. Por outro lado, apesar de tais potencialidades, o agronegócio na Bahia ainda enfrenta entraves significativos ao seu desenvolvimento, podendo ser destacadas as deficiências em relação à infraestrutura e logística, questões agrárias, ambientais, defesa agropecuária, entre outras. Nesse sentido, a criação de parcerias institucionais, tendo em vista as dificuldades enfrentadas e potencialidades existentes, revela-se como uma alternativa para a discussão, elaboração e implantação de ações que visem desenvolver sustentavelmente a atividade agropecuária no Estado da Bahia.

2.3.1.5. Programa 1426 - Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade

Dados gerais do Programa.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais

Objetivos Específicos	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando à segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais
Gerente do programa	Marcio Antonio Portocarrero
Gerente executivo	Helinton José Rocha
Indicadores utilizados para avaliação do programa	Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira
Público-alvo	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Ações do programa executadas pela Unidade.

Ação	Nome do Programa	Sigla SIAFI	Responsável
8606	Desenvolvimento da agricultura orgânica	DESENORG	DPDAG

Importância da execução do programa para o Estado

A importância do programa reside no fato de que, viabilizando a agricultura de pequena escala e fomentando práticas de multicultivo, inclusive com a criação de animais, os sistemas orgânicos trazem muitos benefícios ao estabelecimento do equilíbrio entre o solo, as plantas e os animais não somente pela substituição dos fertilizantes e pesticidas artificiais por insumos orgânicos, mas também por diminuir a utilização de insumos relacionados com os combustíveis fósseis, respeitando dessa forma a agrobiodiversidade. Além disso, ajuda a promover a melhoria do acesso aos alimentos, estimulando o aumento da produtividade, a diversidade e a conservação ambiental e favorece o intercâmbio de conhecimentos entre os agricultores, o que também contribui para melhorar a situação sociocultural. Estes benefícios ajudam a reduzir a pobreza e a inverter a migração do meio rural.

2.3.1.6. Programa 0750 - Apoio Administrativo

Dados gerais do Programa.

Tipo de programa	Apoio às políticas públicas e áreas especiais.
Objetivo Geral	Não Definido
Objetivos Específicos	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Gerente do programa	...
Gerente executivo	...
Indicadores utilizados para avaliação do programa	Índice de aplicabilidade dos recursos financeiros. Quanto à eficácia, são avaliadas as metas físicas, cujo cumprimento é associado à pertinência da elaboração do mesmo para cobrir as necessidades e expectativa do setor
Público-alvo	Governo.

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Ação do programa executada pela Unidade.

Ação	Nome do Programa	Sigla SIAFI	Responsável
4716	Operação dos serviços administrativos das Unidades descentralizadas	MANUTSFAS	DAD

Importância da execução do programa para o Estado

O programa Apoio Administrativo, sob gestão do Ministério do Planejamento, engloba ações de natureza tipicamente administrativa. Embora colaborem para a consecução dos programas finalísticos e demais programas não têm suas despesas passíveis, no momento, de apropriação àqueles programas. Em outras palavras, constitui-se o principal centro de custo dos recursos administrados, onde são alocadas todas as despesas que não são passíveis de apropriação em ações

finalísticas. A Superintendência Federal da Bahia executa uma ação deste programa, através de sua Divisão de Apoio Administrativo (DAD).

2.3.2. Principais Ações dos Programas Executados Pela Unidade

Quadro 02 (A.2.2). Execução física das ações realizadas pela UJ.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2012
20	604	0357	8658	A	3	Unidade	25.000	27.976	30.000
20	604	0357	4842	A	3	km ²	545.293	545.293	545.293
20	604	0357	2139	A	3	Unidade	40.000	51.178	55.000
20	603	0357	8572	A	3	Hectare	312.246	313.253	313.253
20	603	0357	2134	A	3	Unidade	80.000	83.331	85.000
20	603	0357	2180	A	3	Unidade	36.037	35.851	36.000
20	604	0357	2181	A	3	Unidade	3.744	3.505	3.750
20	125	0356	8938	A	3	Unidade	65	66	66
20	125	0356	8939	A	3	Unidade	105	109	195
20	125	0356	4746	A	3	Toneladas	600.000	755.441	700.000
20	125	0356	4745	A	3	Unidade	164	139	262
20	125	0375	2179	A	3	Unidade	729	530	447
20	125	0375	2141	A	3	Unidade	1.050	754	815
20	125	0375	2909	A	3	Unidade	10	2	9
20	125	0375	2140	A	3	Unidade	199	254	501
20	125	0375	2177	A	3	Unidade	15	21	54
20	125	0375	2124	A	3	Unidade	83	111	74
20	125	0375	2019	A	3	Unidade	37	14	32
20	665	1426	8606	A	3	Unidade	1.500	708	750
20	125	1442	4720	A	3	Unidade	52	19	60
20	122	0750	4716	A	3	Unidade	1	1	1

Fonte: SIAFI, SIPLAN e Relatórios de Atividades dos Serviços.

2.3.2.1. Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Plano Interno: PCEANIMAL.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória.
Finalidade	Garantir a segurança zoossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoossanitárias para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistemas de informação zoossanitária; edição de ato normativo (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/CGCD/DAS
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidades executoras	SSA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SSA
Responsável pela execução da ação a nível local	Argeu Bruni Maciel de Lima

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 03. Metas e resultados da Ação PCEANIMAL.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Propriedade atendida (Unid.)	25.000	1.003.001,78	27.976	974.123,39
Fiscalização das ações dos Programas de Sanidade, Prevenção, Controle e Erradicação das doenças dos animais, executadas pelas Unidades Veterinárias Locais – UVL's do Órgão Executor-ADAB por delegação de competência do MAPA.	484	-	366	-
Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA	30	-	15	-
Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias Espongiforme Bovina – EET- PNCRH.	92	-	85	-
Programa Nacional de Erradicação da Brucelose e Tuberculose PNCEBT.	190	-	148	-
Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos – PNSE	69	-	51	-
Programa Nacional de Sanidade dos Caprinos e Ovinos - PNSCO.	35	-	27	-
Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos – PNSS.	36	-	23	-
Educação em Saúde Animal 26 - 17	26	-	17	-

Fonte: Relatório de Atividades do SSA, 2011.

Análise das metas e resultados

A Ação PCEANIMAL é constituída por sete programas de saúde animal que através de atividades específicas contribuíram com um incremento de 12% nos índices alcançados durante o ano de 2011; isto é, de uma meta prevista para atendimento de 25.000 propriedades foram atendidas 27.976. Este alcance reflete os esforços da SSA através da realização de atividades de fiscalização, das orientações e do acompanhamento às demandas específicas dos vários programas de saúde animal cujas atividades são executadas, por delegação de competência, pelo Órgão Executor Estadual - ADAB e pelos vários segmentos da cadeia produtiva da pecuária no estado da Bahia. Essas atividades realizadas pelo Serviço (auditorias, acompanhamentos, visitas, reuniões, etc.), mesmo com restrições diversas nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril não comprometeram o cumprimento da programação no exercício. Com isso garantiu-se que os trabalhos de prevenção, controle e erradicação das doenças fossem executados de forma a garantir para o estado da Bahia a manutenção de áreas livres de várias doenças (Influenza Aviária, BSE, Mormo, etc.).

É importante considerarmos que a avicultura baiana vem se destacando como uma das atividades que apresenta o mais alto valor econômico e social agregado, exibindo um crescimento em curto prazo (a Bahia é o segundo maior produtor da região Nordeste, com alojamento anual superior a 100 milhões de pintos), que impõe a implementação de um sistema de acompanhamento e controle sanitário dos estabelecimentos avícolas. Este acompanhamento visa constituir um sistema de defesa sanitária estruturada e em conformidade com o Programa Nacional de Sanidade Avícola estabelecido pelo MAPA e com as exigências dos organismos internacionais, a fim de garantir a disponibilidade nos mercados interno e externo de produtos avícolas sanitariamente controlados e de qualidade assegurada.

No Programa de Sanidade dos Equídeos o estado da Bahia é Livre do Mormo. O sistema de fiscalização e acompanhamento dos animais diagnosticados, soropositivos para anemia infecciosa equídea, facilita o sacrifício e tem como objetivo diminuir a prevalência e consequentemente a incidência desta doença, além de atividades que estão envolvendo profissionais em Medicina Veterinária da iniciativa privada e de proprietários para discutir responsabilidade compartilhada no controle dessa doença.

No Programa de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose, realizou-se o estudo epidemiológico com o objetivo de conhecer a situação da prevalência das duas zoonoses e traçar

estratégias para o combate e para a segurança alimentar, já que elas são transmissíveis aos seres humanos. A Certificação de Propriedades como livres de Brucelose e Tuberculose, começa a apresentar resultados com o incremento de propriedades em processo de certificação com relação o ano de 2010, apesar dos desafios da conscientização do produtor.

No Programa de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras encefalopatias espongiformes aplicou-se, em todos os municípios baianos, o questionário de avaliação de risco para Raiva dos Herbívoros (modelo nacional): os dados estão sendo analisados pela CRHE e USP/SP. Com base nesse questionário será possível maximizar as ações de fiscalização, no próximo ano, nas áreas consideradas de risco elevado para a raiva.

Aplicação de questionário de avaliação de risco para EEB - Encefalopatia Espongiforme Bovina (modelo nacional), em todo Estado da Bahia. O questionário ainda está sendo aplicado e quando finalizar será enviado à CRHE/DSA. Com base nesse questionário será possível maximizar as ações de fiscalização, no próximo ano, nas áreas consideradas de risco elevado para EEB.

2.3.2.2. Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa

Plano Interno: **FEBREAFTOS**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença do circuito pecuário Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões do circuito pecuário para estabelecimento das prioridades e estratégias zoossanitárias; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeita e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnósticos e monitoramento soropidemiológicos nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	CGCD/DAS
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidades executoras	SSA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SSA
Responsável pela execução da ação a nível local	Edivaldo Costa Santana

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 04. Metas e resultados da Ação FEBREAFTOS.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Área livre (km2)	545.293	3.378.064,36	545.293	3.370.666,68
Unidade Central – UC – Fiscalização	1	-	1	-
Unidade Regional – UR – Fiscalizada	8	-	6	-
Unidade Veterinária Local – UVL – Fiscalizada	29	-	25	-
Escritório de Atendimento Comunitário – EAC - Fiscalizado	30	-	25	-
Barreira Sanitária Fixa – Fiscalizada	23	-	24	-
Revendas de Vacina contra Febre Aftosa – Fiscalizada	60	-	35	-
Eventos Agropecuários – Fiscalizados	4	-	8	-
Reunião técnica/convênio com ADAB - reunião realizada	4	-	9	-

Fonte: Relatório de Atividades do SSA, 2011.

Análise das metas e resultados

O objetivo principal desta Ação é manter a Bahia livre da Febre Aftosa, portanto, todos os esforços foram desenvolvidos no sentido de continuar mantendo o Estado como área livre da doença. Obteve-se o controle total em decorrência de ações coordenadas pelo SSA através da efetiva fiscalização da execução das ações delegadas ao Órgão Executor: Agência de Defesa Agropecuária na Bahia – ADAB. As atividades consistiram predominantemente em auditar: a atual estrutura física da ADAB; os índices de não conformidades ocorridas durante as etapas de vacinação; a emissão da Guia de Trânsito Animal – GTA; a efetiva fiscalização do trânsito de animais susceptíveis a Febre Aftosa; a atual estrutura de conservação da vacina nas revendas locais e; na execução das vacinações assistidas. Portanto, logrou-se êxito no objetivo principal de manter a Bahia Livre da Febre Aftosa com vacinação, em toda sua extensão territorial. As ações e sugestões emanadas do Serviço de Saúde Animal, junto ao Órgão Executor Oficial – ADAB foram determinantes para as adequações realizadas pela ADAB no exercício, permitindo manter o atual status de Livre de Febre Aftosa com Vacinação. A parceria e a responsabilidade compartilhada entre o SSA/BA, a ADAB e a iniciativa privada (produtor, laboratórios etc.) resultaram na extinção da Zona Tampão e a criação da Zona de Proteção livre da Febre Aftosa com vacinação e, mais recentemente, a realização da segunda etapa de vacinação, com a vacinação apenas de animais com idade até 24 meses.

2.3.2.3. Ação 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos

Plano Interno: **VIGIZOO2.**

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	CTQA/DSA/DAS
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidade executora	SSA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SSA
Responsável pela execução da ação a nível local	Edivaldo Costa Santana

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 05. Metas e resultados da Ação VIGIZOO2.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada (Unid.)	40.000	12.000,00	51.178	0,00
Fiscalização das ações dos Programas de Sanidade, Prevenção, Controle e Erradicação das doenças dos animais, executadas pelas Unidades Veterinárias Locais – UVL's do Órgão Executor-ADAB por delegação de competência do MAPA	90	-	77	-
Auditar as Unidades Regionais da ADAB-UR com foco na gestão da execução das ações delegadas do VIGIZOO2.	8	-	5	-
Auditar as Unidades Veterinárias Locais – UVL's nas ações executadas no VIGIZOO2.	29	-	23	-
Auditar Escritórios de Apoio Comunitário - EAC nas ações executadas na emissão de GTA.	30	-	25	-
Auditar as Barreiras Sanitárias Fixas nas ações, registros e controle do transito de animais.	23	-	24	-

Fonte: Relatório de Atividades do SSA, 2011.

Análise das metas e resultados

O SSA através da atividade de fiscalização da execução das ações delegadas ao Órgão Executor Oficial – ADAB, predominantemente consistiu em auditar a atual estrutura física das Barreiras Sanitárias Fixas e das fiscalizações volantes, tendo como objeto principal manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos baianos, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças. Os resultados alcançados foram significativos com um incremento de 28% no número de fiscalizações previstas, foi realizado 51.178 fiscalizações para uma programação de 40.000.

No exercício de 2011, não foi disponibilizado recursos para as atividades do VIGIZOO2. Valendo resaltar que as fiscalizações das atividades realizadas e aqui apresentadas, pela ADAB, foram oportunizadas quando da realização das auditorias das demais Ações do Serviço.

2.3.2.4. Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Plano Interno: **PCEVEGETAL**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de planta medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacaicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-lo produtivo, competitivo e atender a exigência do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreira fitossanitárias, elaboração de plano de contingência e de emergência para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de ato normativo (Instruções Normativa e Portaria), acordos internacionais, estabelecimento de convênio com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DSV
Coordenador nacional da ação	Cósmo de Carvalho Coutinho
Unidade executora	SSV
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SSV
Responsável pela execução da ação a nível local	Antônio Cléber de Albuquerque

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 06. Metas e resultados da Ação PCEVEGETAL.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Área controlada (ha)	312.246	240.789,00	313.252	113.388,76
Inspeções fitossanitárias em pomares de manga e mamão	-	-	575	-
Inspeções fitossanitárias em pomares de banana	-	-	750	-
Inquéritos fitossanitários em cultivos de banana	-	-	222	-
Inspeções fitossanitárias em cultivos de soja	-	-	253	-
Inspeções fitossanitárias em cultivos de algodão	-	-	947	-
Inspeções fitossanitárias em cultivos de palma	-	-	1.977	-

Inspecções fitossanitárias em cultivos de cacau	-	-	259	-
Inspecções fitossanitárias em pomares citros	-	-	6.753	-
Cadastramento de UP/UC	-	-	493	-
Armadilhas inspecionadas em pomares de manga e mamão	-	-	1116	-

Fonte: Relatório de Atividades do SSV, 2011.

Análise das metas e resultados

Os resultados obtidos são significativos, considerando-se: a ratificação do status de área protegida de pragas quarentenárias para o Estado, o que tem permitido a manutenção dos programas de exportação de frutas, principalmente mamão e manga, e a exportação de outras commodities, (soja, citros, etc.), para o mercado externo; o aumento da competitividade dos produtos vegetais produzidos, em função da qualidade destes e; a ampliação da fronteira agrícola do Estado e a consequente geração de emprego e renda. Toda a área prevista foi controlada, com um acréscimo razoável no número de Inspecções fitossanitárias realizadas, contribuindo com o objetivo maior do programa: dar o suporte necessário ao cumprimento dos acordos bilaterais na exportação de mamão e manga para os Estados Unidos da América. Vale ressaltar ainda, que as atividades desenvolvidas em pomares de mamão e manga são de grande importância para o desenvolvimento dos polos frutícolas da região do Vale do São Francisco, da região de Livramento de Nossa Senhora e da região do Extremo Sul da Bahia. As frutas produzidas nessas regiões só poderão ser exportadas após o cumprimento dos requisitos fitossanitários exigidos pelos importadores, mediante a supervisão e inspeção dos FFA's do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

2.3.2.5. Ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos

Plano Interno: **VIGIFITO1**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; representação do País nos fóruns internacionais que tratam da fitossanidade; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DSV
Coordenador nacional da ação	Cosam Carvalho Coutinho
Unidade executora	SSV
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SSV
Responsável pela execução da ação a nível local	Cláudio Apê Alves Freire

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 07. Metas e resultados da Ação VIGIFITO1.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada (Unid.)	80.000	765.050,00	83.331	252.558,64
Certificação Fitossanitária de manga.	-	-	1.314	-
Nº de inspeções em Packing Houses de manga.	-	-	594	-
Nº de inspeções em Packing Houses de mamão.	-	-	176	-
Nº de partidas inspecionadas e certificadas de uva.	-	-	150	-
Nº de partidas inspecionadas e certificadas de mamão.	-	-	74	-

Nº de liberações de Termo Depositário.	-	-	10	-
Nº de pomares de manga e mamão registrados.	-	-	157	-
Pareceres técnicos emitidos.	-	-	31	-
Fiscalização de barreiras fitossanitárias.	-	-	14	-

Fonte: Relatório de Atividades do SSV, 2011.

Análise das metas e resultados

Os resultados obtidos são significativos, considerando-se: a fiscalização do trânsito de vegetais e a prevenção e o controle de pragas quarentenárias; a garantia da sanidade vegetal; a manutenção dos acordos bilaterais na exportação de frutas, que sem a execução deste PI seria impossível e; a certificação de frutas (mamão, manga e uva) destinadas à exportação. Cumpriu-se a meta programada com um incremento de 4% no número de fiscalizações previstas para o exercício. Apesar das dificuldades enfrentadas no mercado internacional, em face da concorrência de países exportadores como México, Peru e Equador, o resultado final das exportações foi satisfatório. A geração de divisas assegurou a manutenção de empregos diretos e indiretos na região do Vale do São Francisco. Observou-se uma redução no número de empresas exportadoras de manga para os Estados Unidos da América, Japão, Chile, Argentina, Uruguai e outros países. Entretanto, os resultados obtidos, considerando-se a certificação fitossanitária, foram satisfatórios.

2.3.2.6. Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos

Plano Interno: **FISCPLANTA2**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional, além de certificar a fitossanidade dos produtos nacionais exportados.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/VIGIAGRO
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Unidades executoras	SVA e UVAGRO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SVA e UVAGRO
Responsável pela execução da ação no nível local	Altair Santana de Oliveira

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 08. Metas e resultados da Ação FISCPLANTA2.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada	36.037	242.642,20	35.851	48.280,16

Fonte: Relatórios de atividades do SVA e UVAGRO, 2011.

Análise das metas e resultados

Com a unificação das equipes do Porto e do Aeroporto de Salvador a atuação do SVA foi eficiente no atendimento das demandas em diversos pontos de fiscalização, maximizando os recursos humanos disponíveis e proporcionando o alcance das metas estabelecidas pela Coordenação Geral do VIGIAGRO, com custo relativamente baixo e sem a necessidade de criação de novas unidades.

2.3.2.7. Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Seus Produtos e Insumos

Plano Interno: **FISCANIMAL2**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos pecuários no trânsito internacional, além de certificar a zoossanidade dos produtos nacionais exportados.
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/VIGIAGRO
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Unidade executora	SVA e UVAGRO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SVA e UVAGRO
Responsável pela execução da ação no nível local	Altair Santana de Oliveira

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 09. Metas e resultados da Ação FISCANIMAL2.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada	3.744	81.600,00	3.505	56.156,49

Fonte: Relatórios de atividades do SVA e UVAGRO, 2011

Análise das metas e resultados

O estabelecimento da meta para esta Ação é de responsabilidade da Coordenação Geral do VIGIAGRO que se baseia na série histórica para a determinação de seus quantitativos, estando o número de fiscalizações realizadas diretamente relacionada com a demanda apresentada e é influenciada pelo maior ou menor comércio internacional.

2.3.2.8. Ação 8938 - Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal

Plano Interno: **INSPANIMAL3**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Garantir a sanidade para o consumo de produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulam estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade

	comprometida; C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DAS/DIPOA/CGI
Coordenador nacional da ação	Marcus Ribeiro de Freitas
Unidade executora	SIPOA
Área responsável por gerenciamento ou execução	SIPOA
Responsável pela execução a nível local	Antonio Carlos da Matta Souza

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 10. Metas e resultados da Ação INSPANIMAL3.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Estabelecimento inspecionado (Unid.)	65	363.924,00	66	179.217,73
Supervisão de estabelecimentos com conformidade	-	-	-	-
Registro de Estabelecimentos	-	-	-	-
Estabelecimentos sob Inspeção Federal (Nº)	65	-	66	-
Instalação de SIF	2	-	2	-
Cancelamento de SIF	-	-	1	-

Fonte: Relatório de Atividades do SIPOA, 2011.

Análise das metas e resultados

Apesar de dificuldades na liberação dos recursos financeiros necessários para o custeio das atividades programadas, nas épocas corretas e nos valores pleiteados, foi bastante significativo o desempenho obtido nesta Ação em 2011. Os bons resultados alcançados foram decorrentes de uma programação de trabalho elaborada dentro de uma realidade regional e da motivação dos técnicos em atenderem e cumprirem as orientações da administração deste Serviço. Outros resultados foram alcançados quanto a realizações de auditorias, interdições de graxarias, acompanhamento às obras e análises de plantas para a instalação de novas indústrias: demandando tempo e despesas não registradas nas metas apresentadas na planilha de resultados. Também, todo o esforço direcionado na capacitação dos Servidores, no atendimento das convocações oficiais e muitas outras atividades desenvolvidas por este Serviço, aí não estão quantificadas, a exemplo da análise de projetos executada por Fiscais do SIPOA e a inspeção prévia de terrenos.

Ao total de estabelecimentos inspecionados acrescenta-se mais 29 empresas da área de mel e derivados, registrados como Estabelecimentos Relacionados (ER's), e ainda fiscalizações em Casas Atacadistas e Importadores registrados no SIPOA/BA. Essas empresas são supervisionadas, normalmente por esse Serviço, obedecendo às mesmas metas das demais áreas (carnes, leites e pescado), bem como às exigências sanitárias e de autocontrole similares.

2.3.2.9. Ação 8939 - Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e Outros Produtos de Origem Vegetal

Plano Interno: **IPVEGETAL2**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e a qualidade tecnológica satisfatória de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal ofertados à população.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/ CGVB/DIPOV
Coordenador nacional da ação	Graciane Gonçalves Magalhães de Castro
Unidade executora	SIPOV
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPOV
Responsável pela execução da ação a nível local	Cristiano Rodrigues Barreto

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 11. Metas e resultados da Ação IPVEGETAL2.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Estabelecimento inspecionado (Unid.)	105	123.309,81	109	98.796,32
Registro de Estabelecimentos	-	-	25	-
Registro de Produtos	-	-	250	-
Número de produtos inspecionados	-	-	854	-
Certificação de produto importado	-	-	244	-
Certificação de produto exportado	-	-	-	-
Coleta de amostra (nº)	300	-	299	-
Total de Estabelecimentos Registrados	-	-	204	-

Fonte: Relatório de Atividades do SIPOV, 2011.

Análise das metas e resultados

Analisando o quadro 11 podemos concluir que o alcance da meta presente no plano interno IPVEGETAL2 “ESTABELECIMENTO INSPECIONADO-UNID” pode ser considerado apenas como satisfatório, levando-se em conta o corte orçamentário e limitações de diárias por Fiscal Federal Agropecuário para o exercício de suas atividades. Apesar do atingimento da meta em 100%, esses estabelecimentos, na sua maioria, não puderam ser reinspecionados, comprometendo, por conseguinte, as ações da fiscalização em garantir a qualidade das Bebidas e Vinagres conforme estabelece os Decretos 99066 de 08/03/90 e 6871 de 04/06/2009, que regulamentam respectivamente as leis 7.678 de 08/11/88 e 8918 de 14/07/94.

2.3.2.10. Ação 4746 - Padronização e Classificação de Produtos Vegetais

Plano Interno: PADCLASSIF.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DIPOV/CGQV
Coordenador nacional da ação	Fernando Guido Penariol
Unidade executora	SIPOV
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPOV
Responsável pela execução da ação a nível local	José de Almeida Lins

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 12. Metas e resultados da Ação PADCLASSIF.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Produto fiscalizado (t)	600.000	170.419,54	755.441	50.093,81
Estabelecimentos Comerciais Fiscalizados (nº.)	270	-	125	-
Amostras Coletadas (nº)	150	-	95	-
Termos de Fiscalização (nº)	-	-	135	-
Postos Credenciados Fiscalizados (nº)	7	-	5	-

Fonte: Relatório de Atividades do SIPOV, 2011.

Análise das metas e resultados

A meta relativa a produto fiscalizado foi ultrapassada devido à grande demanda que aconteceu quanto às importações realizadas no ano. Quanto às demais metas foram prejudicadas em consequência de mudanças ocorridas durante o exercício, estabelecendo prioridade na implementação do Plano Nacional de Resíduos e contaminantes, realizando coleta de amostras para análises de Resíduos de Agrotóxicos. Também, foi estabelecido como prioridade o acompanhamento da qualidade dos alimentos, realizado através de sorteio promovido pelo CGQV/DIPOV/SDA/MAPA, para coleta de amostras de alguns produtos em municípios do estado da Bahia, facilitando consequentemente o mapeamento de irregularidades cometidas por algumas empresas.

Em consequência do grande número de autuações foram concentrados esforços visando atualização dos processos administrativos o que resultou na aplicação de multas, que atingiu um montante de R\$ 385.779,37 (trezentos e oitenta e cinco mil setecentos e setenta e nove reais e trinta e sete centavos). Outro fator que interferiu no desempenho das atividades foi a publicação do Decreto nº 7.446/2011, estabelecendo a quantidade de quarenta diárias por servidor durante o ano.

2.3.2.11. Ação 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismo Geneticamente Modificado

Plano Interno: **FISCORGEN**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.
Descrição	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança; e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/CBIO
Coordenador nacional da ação	Marcos Vinicius Segurato Coelho
Unidade executora	SEFIA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFIA
Responsável pela execução da ação a nível local	João Ivo de Carvalho Neto

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 13. Metas e resultados da Ação FISCORGEN.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada (Unid.)	164	63.313,00	139	39.015,25

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIA, 2011.

Análise das metas e resultados

A Ação de Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - FISCORGEN obteve um bom desempenho no exercício 2011, com um alcance de 85% do número de fiscalizações realizadas em relação ao programado. Analisando-se os dados observa-se que o número de fiscalizações ficou 15% abaixo do programado, tendo-se realizado 139 fiscalizações para uma programação de 164. Essa redução pode ser explicada pelo fato da grande maioria dos Fiscais estarem impossibilitados de realizarem deslocamento para realização de fiscalizações, no mês de agosto, em virtude de terem suplantado o limite de 40 diárias estabelecido pelo Decreto 7.446/2011. No citado mês estavam programadas 25 fiscalizações e em virtude do impedimento só foi realizada 1, ficando com um déficit de 24 fiscalizações no período. Caso essas fiscalizações fossem efetivadas, totalizariam 163 fiscalizações de um total programado de 164, e a meta programada seria alcançada.

2.3.2.12. Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças

Plano Interno: **FISCALSEM1**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.

Descrição	A fiscalização de sementes e mudas consiste dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças - RENASEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/CSM
Coordenador nacional da ação	José Neumar Francelino
Unidade executora	SEFIA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFIA
Responsável pela execução da ação a nível local	Carlos Luiz Borges de Carvalho

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 14. Metas e resultados da Ação FISCALSEM1.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada (Unid.)	729	210.991,00	530	133.662,49
- Produtores de sementes	46	-	62	-
- Produtores de mudas	275	-	45	-
- Usuários de sementes	120	-	62	-
- Usuários de mudas	-	-	2	-
Amostra coletada	10	-	179	-
Estabelecimentos registrados	-	-	278	-
Autorização Importação de Sementes	-	-	27	-
Total de Estabelecimentos cadastrados	-	-	878	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIA, 2011.

Análise das metas e resultados

Foi bom o desempenho da Ação FISCALSEM1 - Fiscalização de Sementes e Mudanças no exercício 2011. Analisando-se os dados observa-se um alcance de 73% dos valores programado para a meta principal desta Ação, demonstrando que o número de fiscalizações realizadas ficou 27% abaixo do previsto. Realizou-se 530 fiscalizações de um total esperado de 729. Essa redução pode ser explicada pelo fato da grande maioria dos Fiscais estarem impossibilitados de realizarem deslocamento para a realização de fiscalizações, nos meses de março, em virtude de já terem suplantado o limite de 40 diárias, estabelecido pelo Decreto 7.446/2011. Salienta-se que o processo 21012.002035/2011-85, solicitando autorização da Secretaria Executiva para ampliação do número de diárias, demorou 60 dias (29/07/11 a 28/09/11) para ser aprovado. No mês de julho estavam programadas 79 fiscalizações e em virtude do impedimento realizou-se apenas 7, ficando com um déficit de 72 fiscalizações no período. Caso essas fiscalizações tivessem sido efetivadas totalizariam 602 no ano, número esse apenas 17% inferior à meta prevista.

2.3.2.13. Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Plano Interno: FISFECOL.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.

Descrição	1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços de a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DAS/CFIC
Coordenador nacional da ação	Hideraldo José Coelho
Unidade executora	SEFIA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFIA
Responsável pela execução da ação a nível ação	Jorge Carlos Novaes

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 15. Metas e resultados da Ação FISFECOI.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada (Unid.)	1.050	200.000,00	754	149.402,75
Produtos fiscalizados (t)	141.761	-	55.460,66	-
Amostra coletada	600	-	429	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIA, 2011.

Análise das metas e resultados

A Ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI obteve um bom desempenho no exercício 2011. Analisando-se os dados observa-se um alcance de 72% das fiscalizações previstas, demonstrando que o número de fiscalizações ficou 28% abaixo do programado, tendo-se realizado 754 fiscalizações para uma programação de 1050. Essa redução pode ser explicada pelo fato da grande maioria dos Fiscais estarem impossibilitados de realizarem deslocamento para realização de fiscalizações, nos meses de março, agosto e setembro, em virtude de terem suplantado o limite de 40 diárias estabelecido pelo Decreto 7.446/2011. Salienta-se que o processo 21012.002035/2011-85, que solicitou autorização da Secretaria Executiva para ampliação do número de diárias, demorou 60 dias para ser aprovado. Nos citados meses (março, agosto e setembro) estavam programadas 348 fiscalizações e em virtude do impedimento só foram realizadas 82, ficando um déficit de 266 fiscalizações no período. Caso esse montante fosse efetivado teriam sido realizadas 995 fiscalizações, número esse apenas 5% inferior à meta prevista.

2.3.2.14. Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos, Seus Componentes e Afins

Plano Interno: **FISAGROTOX**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.
Descrição	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação 4) Fiscalização dos produtos registrados, das

	entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/CGAA
Coordenador nacional da ação	Luis Eduardo Pacifici Rangel
Unidades executoras	SEFIA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFIA
Responsável pela execução da ação a nível local	José Raimundo Freitas Nascimento

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 16. Metas e resultados da Ação FISAGROTOX.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada (Unid.)	10	14.283,00	2	6.247,81

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIA, 2011.

Análise das metas e resultados

A Ação Fiscalização de Agrotóxicos, Seus Componentes e Afins - FISAGROTOX obteve um desempenho ruim no exercício 2011. Analisando-se os dados observa-se apenas um alcance de 20% da meta física prevista, ficando o número de fiscalizações 80% abaixo do programado: realizou-se somente 2 fiscalizações das 10 planejadas. Esse baixo desempenho pode ser explicado pelo fato de que quando da elaboração da programação previa-se realização de duas fiscalizações em cada uma das 3 indústrias que produzem componentes de agrotóxicos, o que totalizaria 6 fiscalizações no ano. Como a fiscalização dessa modalidade de indústria não foi prioritária neste exercício, a fiscalização foi direcionada para as indústrias de principio ativo e de produto final, situadas no estado de São Paulo, devido a maior eficiência do resultado da fiscalização nessa categoria de estabelecimento, ficando a meta prejudicada.

2.3.2.15. Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Plano Interno: **FISPROVET1**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/CPV
Coordenador nacional da ação	Marcos Vinicius de Santana Leandro Junior
Unidade executora	SEFIP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFIP
Responsável pela execução da ação a nível local	Carlos Antonio Passos da Hora

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 17. Metas e resultados da Ação FISPROVET1.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada (Unid.)	199	90.000,00	254	25.746,85
Amostra coletada	-	-	54	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIP, 2011.

Análise das metas e resultados

O ótimo desempenho alcançado na Ação, Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário, foi muito gratificante para a equipe envolvida nas suas atividades. O número de fiscalizações realizadas foi 28% superior ao inicialmente programado: de um total previsto de 199 chegou-se a 254. Entretanto, é importante salientar que este incremento foi alcançado com uma descentralização de recursos financeiros de apenas 29% do necessário para o desenvolvimento dos trabalhos no exercício: gastou-se apenas R\$ 25.746,85 reais de um total previsto de R\$ 90.000,00 reais. Para tanto, fez-se o possível para obter o melhor resultado que a reduzida dotação permitiu. E isso só foi possível graças ao envolvimento dos Fiscais Federais Agropecuários, das Unidades Regionais, nas atividades de fiscalização em municípios que se encontram distantes da sede da Superintendência. A participação das Utra's foi de fundamental importância nos resultados alcançados, encurtando distâncias e otimizando a aplicação dos recursos.

2.3.2.16. Ação 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas

Plano Interno: FISCAGRIC1.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos, e juntos aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos; homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela Aviação Agrícola.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDC/DIEL/ CGLOG/CLAI
Coordenador nacional da ação	Carlos Alberto Nunes Batista
Unidade executora	DPDAG
Área responsável por gerenciamento ou execução	DPDAG
Responsável pela execução da ação a nível local	Eduardo Antonio Soares de Magalhães

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 18. Metas e resultados da Ação FISCAGRIC1.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada (Unid.)	15	15.000,00	21	8.653,58
Estabelecimentos registrados	27	-	27	-
Total de Estabelecimentos cadastrados	38	-	38	-

Fonte: Relatório de Atividades da DPDAG, 2011.

Análise das metas e resultados

A Ação FISCAGRIC1 - Fiscalização das Empresas Prestadoras de Serviços Agrícolas obteve um ótimo desempenho no exercício. As fiscalizações realizadas alcançaram um incremento de 40% do

valor programado, com uma descentralização de apenas 58% do financeiro previsto. Do total de recursos programados para a Ação, R\$ 15.000,00, foi descentralizado apenas R\$ 8.653,58. Dessa forma, fez-se o possível para alcançar os melhores resultados que a reduzida dotação permitiu, sendo esse quantitativo possível graças à fiscalização casada com outras Ações da Divisão. As fiscalizações realizadas concorreram para assegurar a presença do MAPA no controle da atividade no Estado e garantir a qualidade dos serviços prestados, elevando a eficácia na condução da ação pela Unidade.

O crescente estabelecimento de novas empresas e a aquisição de novas aeronaves agrícolas, acrescido da intensificação da atuação de prestadoras de serviços aeroagrícolas de outros estados, proporcionado pela expansão das culturas da soja e do algodão no oeste e sudoeste, do café, banana e eucalipto no extremo sul, e do eucalipto no litoral norte, tendo em vista as condições topográficas dessas regiões baianas e a relação custo/benefício favorável, provocaram um aumento significativo na demanda pelo serviço de fiscalização do MAPA. No entanto, em razão do corte orçamentário imposto pelo Decreto nº. 7446/2011, as atividades de fiscalização foram dificultadas, frustrando a proposta de fiscalização de todas as empresas, prestadoras de serviços e proprietários de aeronaves agrícolas, cadastradas no estado da Bahia.

2.3.2.17. Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal

Plano Interno: **FISCINAN**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Assegurar qualidade e conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.
Descrição	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DFIP/CPAA
Coordenador nacional da ação	Fernanda Marcusse Tacci
Unidade executora	SEFIP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFIP
Responsável pela execução da ação a nível local	Sandro de Souza Mendonça

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 19. Metas e resultados da Ação FISCINAN.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada (Unid.)	83	58.170,00	111	31.863,21
Amostra coletada	147	-	106	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIP, 2011.

Análise das metas e resultados

Verificamos pelos resultados e metas acima apresentados que as fiscalizações realizadas foram superiores às previstas. A previsão de fiscalização refere-se a estabelecimentos, devidamente registrados, fabricantes/fracionadores de produtos destinados à alimentação animal. Essa definição está de acordo com a proposta da Coordenação em realizar fiscalizações apenas em

estabelecimentos fabricantes registrados. Entretanto, ao longo do ano surgiram inúmeras denúncias de estabelecimentos comerciais clandestinos, as quais têm prioridades nas ações. A apuração dessas denúncias gerou um número grande de fiscalizações. Salientamos que todas as denúncias que chegam ao nosso Serviço, prontamente são tomadas medidas para apurá-las. Além das denúncias foram realizadas vistorias para registro, o que também contribuiu para aumentar o número de fiscalizações. Conforme se verifica, foram programadas apenas 83 fiscalizações. O motivo de a programação ser inferior ao realizado, o que não é o ideal, foi o reajuste forçado no Planejamento Operativo Anual (POA), em virtude da limitação de diárias, determinado por Decreto. No POA inicial estavam previstas fiscalizações em todos os estabelecimentos fabricantes/fracionadores, pelo menos uma vez no ano. O número de fiscalizações, superior à meta estabelecida, foi decorrente do grande número de apuração de denúncias.

2.3.2.18. Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Para Multiplicação Animal

Plano Interno: **FISCGENE**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializam ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas práticas de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DFIP/CPAA
Coordenador nacional da ação	Beronete Barros de Freitas Araújo
Unidade executora	SEFIP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFIP
Responsável pela execução da ação no nível local	Henrique Dias de Ramalho Sampaio

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 20. Metas e resultados da Ação FISCGENE.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada (Unid.)	37	20.497,00	14	9.610,78

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIP, 2011.

Análise das metas e resultados

O resultado negativo verificado nesta Ação se deve a alguns fatores, a saber: só existe um Fiscal Federal Agropecuário responsável pela área de Material Genético Para Multiplicação Animal no setor; e à necessidade de se ter alguém inteirado com as normas e leis vinculadas a esta área, na sede, para prestar informações. A meta física realizada, 14 fiscalizações, foi proporcional aos recursos disponibilizados para as atividades, ou seja, com uma liberação menor de recursos, menos estabelecimentos foram fiscalizados. Além disso, houve participação do responsável em reuniões fora da sede e em cursos de capacitação. Como resultados positivos ressaltam-se: as fiscalizações visando à adequação da IN56 no setor avícola; auditoria no centro de processamento de sêmen caprino/ovino, dando um melhor direcionamento ao estabelecimento; participação de capacitação

em cursos na área de reprodução e; fiscalização na área avícola em conjunto com o Fiscal Federal Agropecuário do Serviço de Saúde Animal (SSA), cumprindo o regimento interno para esta atividade, uma vez que há compartilhamento de vocações complementares entre os dois Serviços.

2.3.2.19. Ação 4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

Plano Interno: **CERTORGAN1**.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.
Descrição	Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	COAGRO/CGDS/DEPROS/SDC
Unidades executoras	DPDAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DPDAG
Coordenador nacional da ação	Rogério Pereira Dias
Responsável pela execução da ação no nível local	Eduardo Antonio Soares de Magalhães

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 21. Metas e resultados da Ação CERTORGAN1.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Unidade controlada (Unid.)	52	22.000,00	19	9.000,03
Reunião com produtores/região	5	-	3	-
Participação em Curso de Preparação de Fiscais	1	-	1	-
Fiscalizações	25	-	23	-
Cadastramento/ OCS	2	-	1	-

Fonte: Relatório de Atividades do DPDAG, 2011.

Análise das metas e resultados

As atividades desenvolvidas nesta Ação tiveram como objetivos proporcionar estímulos de caráter educativo e garantir a fiscalização. Visou difundir e disciplinar o segmento, junto aos agentes da rede de produção orgânica e demais interessado, em relação à Lei nº 10.831 que dispõe sobre a agricultura orgânica, contemplando inspeção e fiscalização de estabelecimentos produtores e produtos orgânicos, com vista a garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos. As ações fiscais ocorreram tanto em nível de estabelecimento produtor como nas redes de supermercados, sendo que algumas delas motivadas por denúncias, ocasionando dois Autos de Infração e apreensão de produtos. As atividades de fiscalização e as reuniões com os produtores foram eficientes e oportunas quanto à necessidade de disciplinar o segmento, pois foram detectados desvios de conduta por parte de alguns produtores, como também a falta do conhecimento da Legislação em questão. Foram cadastrados na condição de Organismo de Controle Social (OCS) onze produtores vinculados à Associação dos Produtores Orgânicos de Mata de São João, com venda direta na feira livre do Parque da Cidade, em Salvador e Mata de São João.

2.3.2.20. Ação 8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica

Plano Interno: **DESENORG.**

Dados gerais da Ação.

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agro ecológicos.
Descrição	Ampliação do número de técnicos capacitados a da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos; promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; Realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; Articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	COAGRE/CGDS/DEPROS/SDC
Unidades executoras	DPDAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DPDAG
Coordenador nacional da ação	Mauro Vaz de Melo
Responsável pela execução da ação no nível local	Vanuza Damiana Paiva

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 22. Metas e resultados da Ação DESENORG.

META	PREVISTA		REALIZADA	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Pessoa beneficiada (Unid.)	1.500	28.000,00	708	4.690,40
Promoção de eventos de capacitação e difusão e acompanhamento da Agricultura Orgânica na Bahia.	18	-	10	-
Curso de capacitação para agricultores familiares do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adbos Verdes.	-	-	-	-
Apoio à CPORG/Reuniões Técnicas.	04	-	-	-
VII Semana Alimentos Orgânicos / Eventos.	07	-	04	-
Inspeção em Propriedades Orgânicas/Programa de Sementes e Adbos Verdes.	30	-	19	-
Reunião Técnica Institucional.	-	-	1	-

Fonte: Relatório de Atividades do DPDAG, 2011.

Análise das metas e resultados

A ação engloba um conjunto de atividades e projetos de fomento, destacando-se aquelas voltadas para: ampliar o acesso aos conhecimentos, produtos e processos apropriados aos sistemas orgânicos de produção; aumentar o número de técnicos, agricultores e demais agentes que atuam na rede de

produção orgânica capacitados para atuar em atividades relacionadas à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização de produtos orgânicos; promover e apoiar eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros no mercado interno e externo, tais como feiras, exposições ou campanhas publicitárias de utilidade pública; apoiar a produção e divulgação de materiais impressos e audiovisuais sobre temas de interesse da ação.

Devido ao contingenciamento de recursos financeiros, foram executadas as ações que não exigiram deslocamentos de técnicos para outras localidades, entretanto, tiveram papel importante na difusão de conhecimentos e na divulgação de programas de fomento.

Durante a VII Semana dos Alimentos Orgânicos destacamos os trabalhos executados com a divulgação e promoção dos Produtos Orgânicos através da realização de Palestras em Escolas do 1º grau de Salvador e Itaberaba, para 165 estudantes da faixa etária entre 8 e 15 anos, assim como o trabalho de divulgação para cerca de 100 consumidores e comerciantes, junto ao segmento de Supermercado e Feira Livre.

Destacamos a distribuição de material publicitário para cerca de 100 consumidores durante a realização da FENAGRO e material técnico no evento, Encontros de Comércio Exterior - ENCOMEX, onde ocorreram contatos e repasse de informações para representantes da Cooperativa de Café Orgânico de Catolés/Piatã e de Chocolate Orgânico de Salvador, cujos Produtos já chegaram ao mercado exterior.

Participação em Palestra sobre Alimentação Saudável com foco no Consumo de Alimentos Orgânicos e seus benefícios para a saúde humana, proferida pelo Consultor em Agricultura Natural, o Engenheiro Agrônomo Antonio Carlos Fonseca, da Fundação Mokiti Okada, no Seminário da Escola de Nutrição de Salvador, com a presença de cerca de 50 estudantes e 4 palestrantes, durante os eventos da Semana de Nutrição.

A participação em Encontros e Seminários, com destaque para a realização de Palestra, a convite do Instituto Cabruca de Ilhéus, sobre o Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes, durante o II Seminário sobre Sustentabilidade em Assentamentos Rurais no Sul da Bahia, realizado em Itabuna para 67 agricultores familiares em transição agroecológica, alguns já beneficiários do PBCAV, levando ao seu conhecimento a importância da Adubação Verde para a produção orgânica, visando dessa maneira, incentivar a adesão a esta prática, assim como promover a divulgação da Legislação e a conscientização dos Agricultores Familiares sobre a necessidade de organização do segmento, visando seu cadastramento junto ao MAPA para o devido cumprimento do Regulamento do Decreto nº 6.323/2007 e seus Atos Constitutivos.

Ressaltamos a realização na sede da SFA/BA em Salvador, sob a Coordenação do Consultor da COAGRE o Engenheiro Agrônomo Manoel Beauclair, do Seminário de Avaliação do Programa Bancos Comunitários de Adubos Verdes, com a presença dos Responsáveis Técnicos pelos Grupos (84 agricultores beneficiários do PBCAV, 5 técnicos e 1 consultor/agricultor). Esclarecemos que para este evento houve a alocação de recursos para o deslocamento de 6 colaboradores eventuais oriundos dos municípios de Andaraí, Mucugê, Itaberaba, Catolés/Piatã, Ilhéus e Rio Real.

Foram inspecionadas 19 propriedades de produtores beneficiários do PBCAV, do município de Mata de São João, em operação casada com a inspeção para fins de cadastramento de OCS, utilizando recurso do PI CERTORGAN1.

Foi realizada reunião com 11 agricultores familiares da Associação Progresso da Alameda do Rio, com a finalidade de orientação visando resolver pendências relativas ao processo de Cadastramento da OCS.

2.3.2.21. Ação 4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

Plano Interno: MANUTSFAS.

Dados gerais da Ação.

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmo não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SE
Coordenador nacional da ação	Estela Alves Medeiros
Unidades executoras	DAD
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DAD
Responsável pela execução da ação no nível local	Antonio Vitorino Alves Brito

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal, 2008-2011.

Quadro 23. Metas e resultados da Ação MANUTSFAS.

NATUREZA DA DESPESA	RECURSOS (R\$)		
	PROGRAMADO	DISPONIBILIZADO	EXECUTADO
MANUTENÇÃO DA SFA/BA	1.490.000,00	1.684.737,54	1.561.506,85
3390.14 – Diárias	12.241,00	22.323,05	22.323,05
3390.30 - Material de Consumo	205.067,60	209.682,72	207.411,96
3390.33 - Passagens e Despesas de Locomoção	7.353,00	21.067,59	19.782,45
3390.36 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física	7.200,00	4.766,50	4.766,50
3390.37 - Locação de Mão-de-Obra	706.506,26	668.985,51	667.909,19
3390.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	522.242,14	588.772,01	588.772,01
3390.92 - Despesas de Exercícios Anteriores		10.787,15	10.787,15
3390.93 - Indenizações e Restituições		2.333,22	2.333,22
3391.39 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	29.390,00	36.627,32	36.627,32
3391.47 - Obrigações Tributárias e Contributivas		794,00	794,00
4490.52 - Equipamentos e Material Permanente		118.598,47	85.040,00

Fonte: SIAFI e Relatório de Atividades da DAD, 2011.

Análise das Metas e Resultados

A Divisão de Apoio Administrativo - DAD executou as suas atividades, em 2011, com base nos recursos provenientes do Plano Interno - MANUTSFAS, inserido no Programa de Apoio Administrativo do Ministério do Planejamento e sob gerenciamento do MAPA.

Devido a grande abrangência das atividades envolvidas na manutenção da SFA/BA torna-se muito difícil o estabelecimento de uma meta física para esta Ação. No Quadro 23 está representada toda a movimentação financeira ocorrida em 2011. Constata-se que do total de recursos programados para o custeio das atividades, R\$ 1.490.000,00, foram disponibilizados R\$ 1.684.737,54 e destes, executados 1.561.506,85. Houve, portanto, um incremento de 13% nos valores liberados, em relação o que se havia programado, e uma aplicação de 98%, dos recursos autorizados, no custeio das atividades de apoio administrativo.

No gerenciamento dos gastos, a DAD tem uma preocupação toda especial com as despesas referentes à vigilância e segurança, bem como, limpeza e conservação: estando os mesmos dentro dos limites estabelecidos pelos Órgãos Federais competentes. Convém observar, no entanto, que mesmo com as limitações impostas, os trabalhos da Unidade foram realizados com muito esforço,

dedicação e criatividade, para que as demandas solicitadas pelos Serviços da Área Fim fossem atendidas da melhor forma possível. Vale ressaltar que nas decisões tomadas foram observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

2.3.2.22. Outras Ações Desenvolvidas Pela Unidade

Além das Ações obrigatórias, descritas anteriormente e de responsabilidade desta UJ, convém registrar a movimentação de recursos da ordem de R\$ 167.081,80 disponibilizado nos Planos Internos: AGE, R\$ 3.770,28; APOIOPEC1, R\$ 1.426,22; APRODUTOR, R\$ 20.739,06; ATIVOS, R\$ 49.007,46; CAPACITA1, R\$ 11.262,41; FISCONTRATO, R\$ 4.498,37; GAPSDC, R\$ 11.856,02; INATPENS1, R\$ 48.054,12; INDGRAF, R\$ 11.701,99; LABANIMAL, R\$ 401,04; PROMOCOOP2, R\$ 3.792,12 e; RESIDUOS R\$ 1.477,71. O gerenciamento destes Planos é de responsabilidade das Secretarias Executivas do MAPA que repassam valores destinados à execução de atividades como treinamento de pessoal, viagens para participação em reuniões ou cursos, coletas de amostras para Programas Nacionais e despesas com encargos sociais (ATIVOS e INATPENS1).

2.4. Desempenho Operacional e Financeiro

(Alínea “d” do Item 2 do Anexo II-A da DN TCU 108/2010)

2.4.1. Programação Orçamentária das Despesas

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

A SFA-BA não é Unidade Orçamentária (UO), ela apenas é executora das ações finalísticas, utilizando recursos descentralizados pelo MAPA, em Brasília-DF, para cada Plano Interno.

2.4.2. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 24a (A.2.7). Movimentação orçamentária por grupo de despesa valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	130001	Gabinete do Ministro	-	-	3.770,28
		130002	Apoio adm.	97.061,58	-	1.566.139,07
		130002	Gestão da política agropecuária	-	-	11.262,41
		130007	Segurança e qualidade de alimentos e bebidas	-	-	389.320,73
		130007	Qualidade dos insumos agrícolas	-	-	368.600,24
		130007	Vigilância e fisc. do trânsito int.de animais	-	-	1.756.230,22
		420013	Gestão da política agropecuária	-	-	41.082,48
		420013	Certificação de prod. organ. e de alimentos	-	-	9.740,91
		420013	Apoio a proj.de desenv.do setor agrop.	-	-	16.200,36
		420013	Desenv. do assoc. e cooperativismo	-	-	2.461,03
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
		130002	Apoio adm.	118.598,47	-	-

	Recebidos	130007	Vigilância e fisc. do trânsito int. de animais	2.235.416,14	-	-
		130007	Segurança e qualidade de alimentos e bebidas	3.179,00	-	-
		130007	Vigilância e fisc. do trânsito int. de animais	25.886,55	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Quanto a execução orçamentária cabe ressaltar que os valores do orçamento que correspondem a despesas fixas de funcionamento e dos contratos não são recebidos de uma só vez para realização de empenho global, o MAPA dá um tratamento a estas despesas como se fossem estimativa com descentralizações mensais, muitas vezes o método empregado pelo MAPA para descentralização de créditos orçamentários causa atraso na execução das despesas. Os créditos de investimento geralmente são liberados no fim do exercício os quais tornam a execução difícil refletindo principalmente na sobrecarga dos setores de compras e de execução financeira e ainda comprometimento da realização das despesas previstas.

2.4.3. Execução Orçamentária das Despesas

2.4.3.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

2.4.3.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos Pela UJ por Movimentação

2.4.3.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro 24b (A.2.11). Desp. por modalidade de contratação dos cred. recebidos por movimentação.

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	1.468.028,18	1.606.577,10	1.468.028,18	1.420.919,39
Convite		0,00		0,00
Tomada de Preços		0,00		0,00
Concorrência		0,00		0,00
Pregão	1.468.028,18	1.606.577,10	1.468.028,18	1.420.919,39
Concurso		0,00		0,00
Consulta		0,00		0,00
Contratações Diretas	554.009,57	624.181,98	554.009,57	592.615,85
Dispensa	468.766,09	371.677,81	468.766,09	356.244,54
Inexigibilidade	85.243,48	252.504,17	85.243,48	236.371,31
Regime de Execução Especial	14.980,00	62.098,79	7.894,94	27.220,20
Suprimento de Fundos	14.980,00	62.098,79	7.894,94	27.220,20
Pagamento de Pessoal	45.612.819,80	67.229.811,85	45.612.819,80	67.229.811,85
Pagamento em Folha	44.823.419,41*	65.976.196,79	44.823.419,41*	65.976.196,79
Diárias	789.400,39	1.253.615,06	789.400,39	1.253.615,06
Outras	-	-	-	-

Fonte: SIAFI e SIAPE/GRCOFINDDP.

* Valor inferior ao apresentado no exercício de 2010. A redução decorre de mudanças na metodologia executada pela CGAP/MAPA. Excluída a situação EST/2 (classificação contábil para aposentados).

2.4.3.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Desp. dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro 25 (A.2.12). Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 - Despesas de Pessoal	97.061,58	25.966,49	97.061,58	25.966,49	0,00	0,00	97.061,58	25.966,49
3190.08 - Outros Benefícios Assistenciais	97.061,58	25.966,49	97.061,58	25.966,49	0,00	0,00	97.061,58	25.966,49
2 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Outras Despesas Correntes	4.932.710,66	4.142.048,07	4.932.710,66	3.517.126,37	209.424,33	624.921,70	4.723.286,33	3.644.024,54
3390.14 - Diárias - Civil	789.400,39	1.253.615,06	789.400,39	1.253.615,06	0,00	0,00	789.400,39	1.253.615,06
3390.30 - Material de Consumo	278.070,03	419.733,84	278.070,03	105.673,67	109.210,04	314.060,17	168.859,99	105.673,67
3390.33 - Passagens e Despesas com Locomoção	131.007,31	262.959,56	131.007,31	262.959,56	0,00	0,00	131.007,31	262.959,56
Demais elementos do grupo	3.734.232,93	2.205.739,61	3.734.232,93	1.894.878,08	100.214,29	310.861,53	3.634.018,64	2.021.776,25

Fonte: SIAFI.

2.4.3.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Desp. dos Créd. Recebidos por Movimentação

Quadro 26 (A.2.13). Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	2.345.936,54	6.797.420,50	2.345.936,54	298.836,16	110.150,40	6.498.584,34	2.235.786,14	266.170,96
4430.42 – Auxílios	2.235.416,14	956.194,00	2.235.416,14	0,00	0,00	956.194,00	2.235.416,14	0,00
4490.52 - Equipamentos e Material Permanente	110.520,40	5.841.226,50	110.520,40	298.836,16	110.150,40	5.542.390,34	370,00	266.170,96
5 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica

As despesas realizadas no exercício de 2011, com créditos recebidos por movimentação, tiveram sua execução determinada conforme disposto no artigo 37 da Constituição Federal, regulamentado na Lei nº 8.666/93, editada em 21 de junho de 1993, que instituiu as normas para licitação e contratos da Administração Pública. As referidas despesas foram efetivadas obedecendo aos princípios administrativos de: legalidade, só tendo sido praticado o que a lei autoriza; impessoalidade, efetuando-se apenas atos que a norma de direito indica e expressa como de forma impessoal e tratando todos os administrados sem discriminações ou benefício; moralidade, agindo somente de acordo com a lei, mas também de acordo com princípios éticos, pois nem tudo que é legal é honesto; publicidade, mantendo plena transparência com a divulgação oficial dos atos para o conhecimento público e; eficiência, realizando-se as atribuições com a máxima presteza, perfeição e rendimento possível, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.

Nas contratações diretas, apresentadas no Quadro 24, estão incluídas as despesas com serviços de fornecimento de água, eletricidade e correios, através de termo de contrato, os quais são considerados de natureza continuada.

Vale salientar que as despesas correntes constituem-se despesas de natureza operacional, com a manutenção e o funcionamento da Superintendência. Por outro lado, as despesas de capital destinam-se à aquisição de materiais permanentes, tais como, aquisição de veículos, equipamentos de informática, etc. Incluso nos valores destinados às despesas da UJ está o montante de R\$ 4.261.066,14 que é referente a um Convênio que o MAPA mantém com a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB.

O total de recursos disponibilizados para a execução das Ações de responsabilidade da Unidade, no exercício, não foi satisfatório. Constataram-se irregularidades na distribuição, ou seja, não existiu uma programação contínua de liberações, o que comprometeu o cumprimento de algumas metas operacionais. Ressalte-se que a descentralização dos recursos, por depender do órgão central que estabelece as diretrizes, implica em muitas reprogramações pelos Serviços Técnicos da SFA/BA. Não há uma uniformidade de procedimentos nas diversas coordenações das Secretarias do órgão central. Em poucos PI's foi descentralizado o valor dos recursos solicitados; e em outros, o valor liberado foi muito aquém do previsto. Outro fator que prejudicou na execução orçamentária foi a carência de pessoal administrativo, retardando o andamento dos processos licitatórios.

Não houve alteração na elaboração da programação orçamentária da UG, o contingenciamento influenciou negativamente na manutenção da Unidade, pois a falta de dotação orçamentária para as despesas fixas retardou a realização de serviços e aquisição de caráter emergencial.

Ainda existem Unidades da SFA/BA que não possuem acesso ao SIOR (Sistema de Informações Orçamentárias) e causam um atraso grande na emissão dos empenhos: a Unidade tem procurado melhorar quanto aos prazos e limites gerais da execução orçamentária e financeira.

2.4.4. Indicadores Institucionais

A SFA/BA vem buscando soluções para desenvolver a comunicação interna, de forma ágil e eficaz, criando formas de planejar, executar e avaliar o seu trabalho, sempre focado nos resultados esperados. Tem investido na valorização e motivação de seu quadro funcional, estimulando o trabalho em equipe, incentivando o crescimento profissional por meio de treinamentos e capacitação. Com pessoas motivadas e capacitadas, tem-se melhorado a gestão da informação e do

conhecimento, fundamental para aumentarmos a nossa agilidade e tomarmos decisões mais eficazes. Com a incorporação de melhores instrumentos de programação, controle e acompanhamento dos objetivos estratégicos, à nossa rotina operacional, melhorou-se a eficiência, a transparência na execução orçamentária física e financeira e a melhoria dos processos de trabalho que nos ajudarão alcançar a excelência administrativa.

No cálculo dos Indicadores de Desempenho foram utilizados apenas os valores efetivamente gastos no custeio das atividades de cada Ação. Os recursos disponibilizados e aplicados que não tiveram uma programação para o exercício não tiveram seus valores agregados nos cálculos dos índices, pois isso os tornaria incorretos, não refletindo a realidade no desempenho das atividades analisadas. Da mesma forma transferências de recursos destinados a cobrir despesas com convênios mantidos entre o MAPA e Órgãos estaduais, disponibilizados nos elementos de despesas 333041 e 443042, bem como as despesas com investimento realizadas no elemento 449052, também não farão parte dos cálculos. Portanto, em algumas Ações deverá haver diferenças entre os valores anteriormente informados e os utilizados nesta parte do Relatório.

Serão utilizados quatro Indicadores de Desempenho: Eficácia, Eficiência, Efetividade e, Economicidade.

Eficácia

Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação; no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores. Quando o índice é igual a "0": a Unidade cumpriu plenamente a meta que havia sido prevista para o exercício.

Fórmula de cálculo: **$Eficácia = ((QTR : QTP) \cdot 100) - 100$**

QTR = Quantidade Total Realizada.

QTP = Quantidade Total Prevista.

Eficiência

Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficiente na condução da Ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da Ação. Quando o índice é igual a "0": a Unidade cumpriu plenamente a meta prevista para o exercício.

Fórmula de cálculo: **$Eficiência = (((CUR : CUP) \cdot 100) - 100) \cdot (-1)$**

CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)

CTR = Custo Total Realizado.

QTR = Quantidade Total Realizada.

CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)

CTP = Custo Total Previsto

QTP = Quantidade Total Prevista.

Efetividade

Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetiva foi a Ação.

Fórmula de cálculo: **Efetividade = (QTR : TPF) . 100**

QTR = Quantidade Total Realizada.

TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade.

Economicidade

Mede o resultado alcançado pela Ação em relação ao ano anterior. Se o indicador é negativo: indica ter havido uma redução de custo da Ação no presente exercício. Este Indicador será empregado apenas na Ação MANUTSFAS.

Fórmula de cálculo: **Economicidade = ((CTR2011 : CTR2010) . 100) - 100**

CTR2011 = Custo total realizado em 2011.

CTR2010 = Custo total realizado em 2010.

2.4.4.1. Desempenho Operacional

Quadro 27. Desempenho Físico e Financeiro da SFA/BA - 2011

PLANO INTERNO	META FÍSICA PRINCIPAL	META FÍSICA					META FINANCEIRA				
		Universo da Ação	Previsto	Realizado	Eficácia	Efetividade	Previsto	Realizado	Custo Unitário		Eficiência
									Previsto	Realizado	
DAD	-0-	-0-	-0-	-0-	0,00	100,00	1.490.000,00	1.561.506,85	-0-	-0-	-4,80
MANUTSFAS	Superintend. mantida (und)	1	1	1	0,00	100,00	1.490.000,00	1.561.506,85	1.490.000,00	1.561.506,85	-4,80
SIPOA	-0-	-0-	-0-	-0-	0,90	99,37	363.924,00	176.164,73	-0-	-0-	52,02
INSPANIMAL3	Estab. inspecionado (und)	66	65	66	0,90	99,37	363.924,00	176.164,73	5.598,83	2.686,12	52,02
SSV	-0-	-0-	-0-	-0-	2,24	100,00	1.005.839,00	343.520,00	-0-	-0-	65,33
PCEVEGETAL	Área Controlada (ha)	313.253	312.246	313.253	0,32	100,00	240.789,00	90.961,36	0,77	0,29	62,35
VIGIFITO1	Fiscalização realizada (und)	83.331	80.000	83.331	4,16	100,00	765.050,00	252.558,64	9,56	3,03	68,31
SIPOV	-0-	-0-	-0-	-0-	14,86	100,00	243.729,35	148.890,13	-0-	-0-	23,42
IPVEGETAL2	Estab. inspecionado (und)	109	105	109	3,81	100,00	73.309,81	98.796,32	698,19	906,39	-29,82
PADCLASSIF	Produto fiscalizado (t)	755.441	600.000	755.441	25,91	100,00	170.419,54	50.093,81	0,28	0,07	76,65
DDA	-0-	-0-	-0-	-0-	-3,45	96,55	324.242,20	104.436,65	-0-	-0-	53,24
FISCANIMAL2	Fiscalização realizada (und)	3.744	3.744	3.505	-6,38	93,62	81.600,00	56.156,49	21,79	16,02	26,49
FISCPLANTA2	Fiscalização realizada (und)	36.037	36.037	35.851	-0,52	99,48	242.642,20	48.280,16	6,73	1,35	80,00
SSA	-0-	-0-	-0-	-0-	13,28	100,00	132.000,00	83.723,93	-0-	-0-	31,07
FEBREAFTOS	Área Livre (km2)	545.293	545.293	545.293	0,00	100,00	35.000,00	27.602,32	0,06	0,05	21,14
PCEANIMAL	Propriedade atendida (und)	27.976	25.000	27.976	11,90	100,00	85.000,00	56.121,61	3,40	2,01	41,00
VIGIZOO2	Fiscalização realizada (und)	51.178	40.000	51.178	27,95	100,00	12.000,00	0,00	0,30		
SEFIP	-0-	-0-	-0-	-0-	-0,26	79,28	168.667,00	67.220,84	-0-	-0-	37,57
FISCGENE	Fiscalização realizada (und)	37	37	14	-62,16	37,84	20.497,00	9.610,78	553,97	686,48	-23,92
FISCINAN	Fiscalização realizada (und)	111	83	111	33,73	100,00	58.170,00	31.863,21	700,84	287,06	59,04
FISPROVET1	Fiscalização realizada (und)	254	199	254	27,64	100,00	90.000,00	25.746,85	452,26	101,37	77,59
SEFIA	-0-	-0-	-0-	-0-	-37,68	62,32	488.587,00	328.328,30	-0-	-0-	-20,65
FISAGROTOX	Fiscalização realizada (und)	10	10	2	-80,00	20,00	14.283,00	6.247,81	1.428,30	3.123,91	-118,71
FISCALSEM1	Fiscalização realizada (und)	729	729	530	-27,30	72,70	210.991,00	133.662,49	289,43	252,19	12,86
FISFECOI	Fiscalização realizada (und)	1.050	1.050	754	-28,19	71,81	200.000,00	149.402,75	190,48	198,15	-4,03
FISCORGEN	Fiscalização realizada (und)	164	164	139	-15,24	84,76	63.313,00	39.015,25	386,05	280,69	27,29
DPDAG	-0-	-0-	-0-	-0-	-25,42	61,25	65.000,00	22.344,01	-0-	-0-	37,11
CERTORGAN1	Unidade controlada (und)	52	52	19	-63,46	36,54	22.000,00	9.000,03	423,08	473,69	-11,96
DESENGORG	Pessoa beneficiada (und)	1.500	1.500	708	-52,80	47,20	28.000,00	4.690,40	18,67	6,62	64,51
FISCAGRIC1	Fiscalização realizada (und)	21	15	21	40,00	100,00	15.000,00	8.653,58	1.000,00	412,08	58,79
SFA/BA:	-0-	-0-	-0-	-0-	-3,95	88,75	4.281.988,55	2.836.135,44	-0-	-0-	30,48

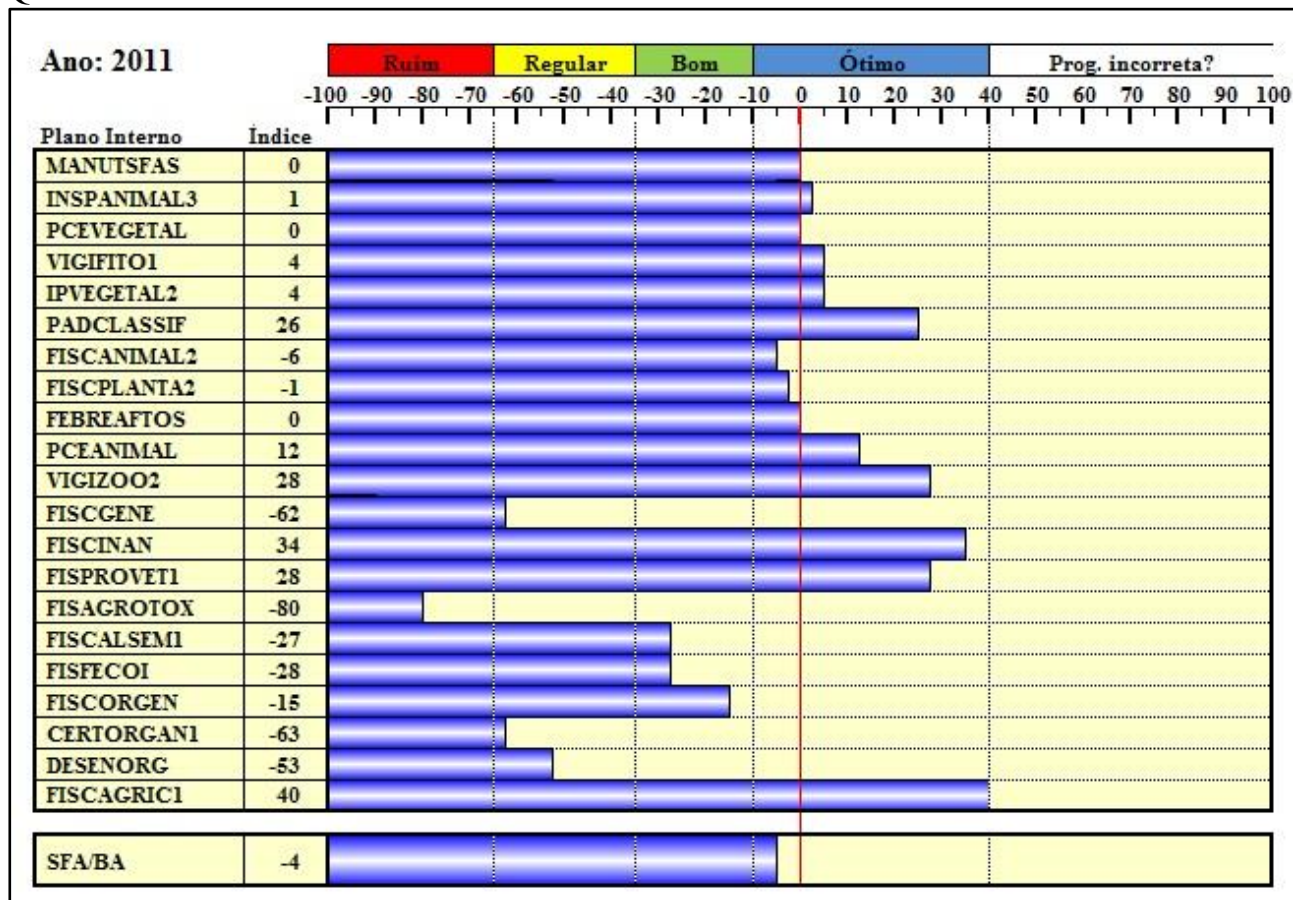
Fonte: SIAFI, SIPLAN, SePA e Relatórios dos Serviços.

A finalidade do Quadro 27 é demonstrar de forma simples e resumida o desempenho alcançado por cada Ação da Unidade, os recursos utilizados com o custeio das suas atividades, os resultados obtidos e a disponibilização dos elementos necessários para o cálculo dos Indicadores de Desempenho. Nele está representado o Desempenho Operacional das principais Ações de responsabilidade da SFA/BA no exercício de 2011. Na horizontal foram relacionados, por Divisão ou Serviço, todos os Planos Internos que desenvolveram alguma atividade no período deste relatório. Nos campos dispostos na vertical estão organizadas as informações referentes a cada um desses planos, tais como: a Meta Física Principal, definida no PPA; as quantificações da Meta Física (Universo da Ação, Previsto e Realizado), com os seus respectivos Indicadores de Desempenho (Eficácia e Efetividade) e; os valores para Meta Financeira (Previsto, Realizado, Custo Unitário Previsto e Custo Unitário Realizado), e o Indicador de Eficiência.

Nesta parte do relatório serão analisados apenas os Indicadores de Desempenho. Os resultados quantitativos alcançados para as Metas Física e Financeira já foram devidamente avaliados e discutidos em tópicos anteriores. Entretanto, torna-se relevante demonstrar a insuficiência dos recursos disponibilizados para custear as atividades da Superintendência em 2011: dos R\$ 4.281.988,55 programados para a implementação das nossas ações, apenas R\$ 2.836.135,44 foram destinados para a SFA/BA no exercício. Uma defasagem de 34% do montante previsto, causando descontinuidade nas atividades programadas e tornando-se necessário um grande esforço do nosso corpo técnico em atender demandas inadiáveis.

2.4.4.2. Análise do Indicador de Eficácia

Quadro 28. Resultados do Indicador de Eficácia



No Quadro 28 são mostrados os resultados observados, de forma padronizada, para o Indicador de Eficácia. Na horizontal estão representados os Planos Internos, seus índices alcançados no exercício e a representação gráfica dos mesmos, bem como, a representação média de todas as Ações de responsabilidade da SFA/BA. Na vertical está definida uma escala graduada com intervalos que vão de -100 a 100; com faixas delimitadas (Ruim, Regular, Bom, Ótimo, etc.) indicativas da qualidade do resultado obtido por cada Ação no exercício. A linha vertical vermelha representa o ponto "0" da escala, valor que indica o cumprimento integral da programação definida para a meta física principal no exercício.

A grande maioria das Ações, num total de 14, obteve desempenho ótimo neste indicador, com índices que variaram de -6% (FISCANIMAL2) a 40% (FISCAGRIC1). Isto parece indicar que, mesmo com uma dotação orçamentária bem menor que a necessária, esses Serviços souberam utilizar seus recursos de forma consciente e eficiente nas atividades desenvolvidas. Dessa maneira, foi possível o cumprimento de suas programações e, em muitos deles, até superaram essas metas em valores significativos.

Foi bom o resultado do Indicador obtido nas Ações FISFECOI (-28%), FISCALSEM1 (-27%) e FISCORGEN (-15). A redução verificada no índice pode ser explicada pelo fato da grande maioria dos Fiscais estarem impossibilitados de deslocamento para realização de fiscalizações, em virtude de terem suplantado o limite de 40 diárias, estabelecido pelo Decreto 7.446/2011. No mês de março não foi possível realizar o número de fiscalizações previstas, pois se teve que aguardar a normatização do Decreto. Assim que foi constatado que o limite de diárias seria atingido por alguns Fiscais elaborou-se um documento solicitando ampliação desse número. Porém, mesmo com todo o empenho, via e-mail e contatos telefônicos, o processo 21012.002035/2011-85 solicitando autorização da Secretaria Executiva para ampliação do número de diárias demorou 60 dias para ser autorizado.

As Ações CERTORGAN1, FISCGENE e DESENORG apresentaram desempenho regular; com índices respectivos de -63%, -62% e -53%. FISCGENE atribui o resultado obtido a só existir um Fiscal Federal Agropecuário responsável pela área de material genético para multiplicação animal no setor, e à necessidade de se ter alguém inteirado com as normas e leis vinculadas a esta área, na sede, para prestar informações. CERTORGAN1 e DESENORG condicionou o desempenho observado a fatores como: um quadro de pessoal técnico reduzido para atender a gama de atribuições delegadas; restrições orçamentárias, mesmo com a elaboração e apresentação de Planos Operativos às Coordenações Nacionais, cujo atendimento é dependente de fatores conjunturais; e ao fato de que o maior volume de recursos liberados se concentra em Planos Internos voltados à fiscalização, restringindo a atuação da Divisão nas ações de sensibilização e fomento.

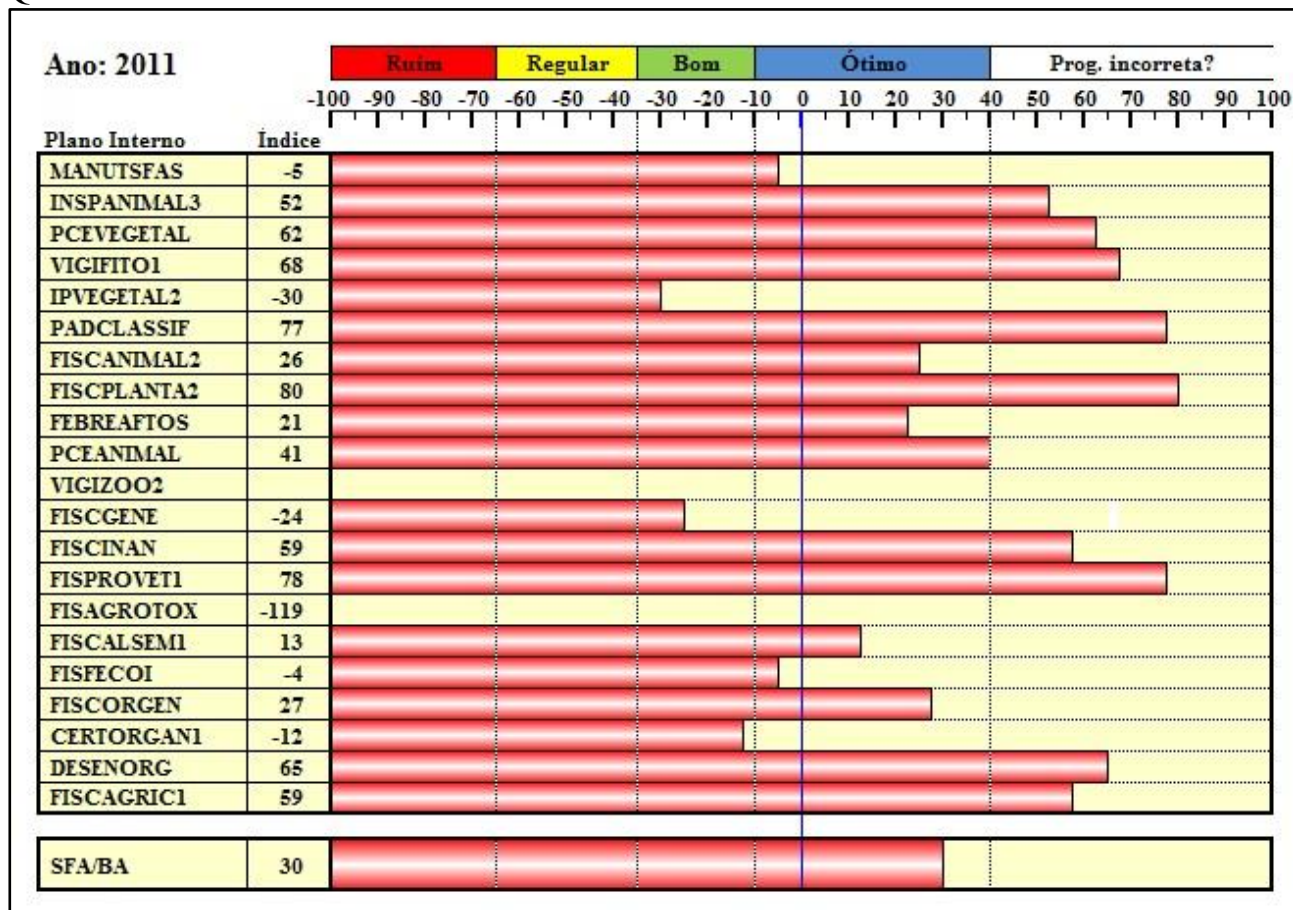
FISAGROTOX foi a única Ação que apresentou desempenho ruim para o indicador no exercício, com um índice de -80%. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que quando da elaboração da programação previa-se realização de duas vistorias em cada uma das 3 indústrias que produzem componentes de agrotóxicos, o que totalizaria 6 fiscalizações no ano. Como a fiscalização dessa modalidade de indústria não foi prioritária neste exercício, as atividades foram direcionadas para as indústrias de principio ativo e de produto final, situadas no estado de São Paulo, devido a maior eficiência do resultado da fiscalização nessa categoria de estabelecimento, ficando a meta prejudicada.

A SFA/BA apresentou uma Eficácia média de -4%, índice este que a coloca numa faixa ótima de desempenho para o indicador, com 96% de cumprimento da meta física programada para 2011. Por se tratar de um número médio, obtido de todos os resultados das Ações, ele deve ser analisado com

critério, pois nivela valores com níveis distintos de qualificação. Entretanto, este resultado, quando comparado a obtidos em anos anteriores, permite acompanhar a evolução da eficácia da Superintendência ao longo do tempo.

2.4.4.3. Análise do Indicador de Eficiência

Quadro 29. Resultados do Indicador de Eficiência



No Quadro 29 são mostrados os resultados alcançados, de forma padronizada, para o Indicador de Eficiência. Na horizontal estão representados os Planos Internos, seus índices observados no exercício e a representação gráfica dos mesmos, bem como, a representação média de todas as Ações de responsabilidade da SFA/BA. Na vertical está definida uma escala graduada com intervalos que vão de -100 a 100; com faixas delimitadas (Ruim, Regular, Bom, Ótimo, etc.) indicativas da qualidade do resultado obtido por cada Ação no exercício. A linha vertical azul representa o ponto "0" da escala, valor que indica uma igualdade entre o custo previsto para cada unidade do produto da Ação e o valor efetivamente observado no exercício. Em resumo, o custo unitário realizado é igual ao custo unitário previsto.

Também neste Indicador a maioria das Ações (16) obteve desempenho ótimo, com índices que variaram de -4% (FISFECOI) a 80% (FISCPLANTA2). Isto nos permite inferir que, mesmo dispondo de dotações financeiras menores que as necessárias, os Serviços desenvolveram formas de trabalho que maximizaram bastante os limitados recursos disponibilizados, utilizando-os de forma consciente e eficiente nas atividades desenvolvidas. Dessa forma, foi possível uma redução significativa do custo unitário de suas ações em 2011. Na Ação FISFECOI, que apresentou uma pequena elevação do custo da fiscalização realizada, da ordem de 4%, justifica que o incremento foi decorrente das mudanças de procedimentos adotados decorrente do Decreto 7.446/2011, já que, ao

limitar o número máximo de diárias consecutivas em 10, as fiscalizações realizadas em destinos distantes (maiores de 1.000 km) que eram realizados em duas semanas ininterruptas passaram a ser realizadas em duas semana distintas, o que aumentou o custo da fiscalização.

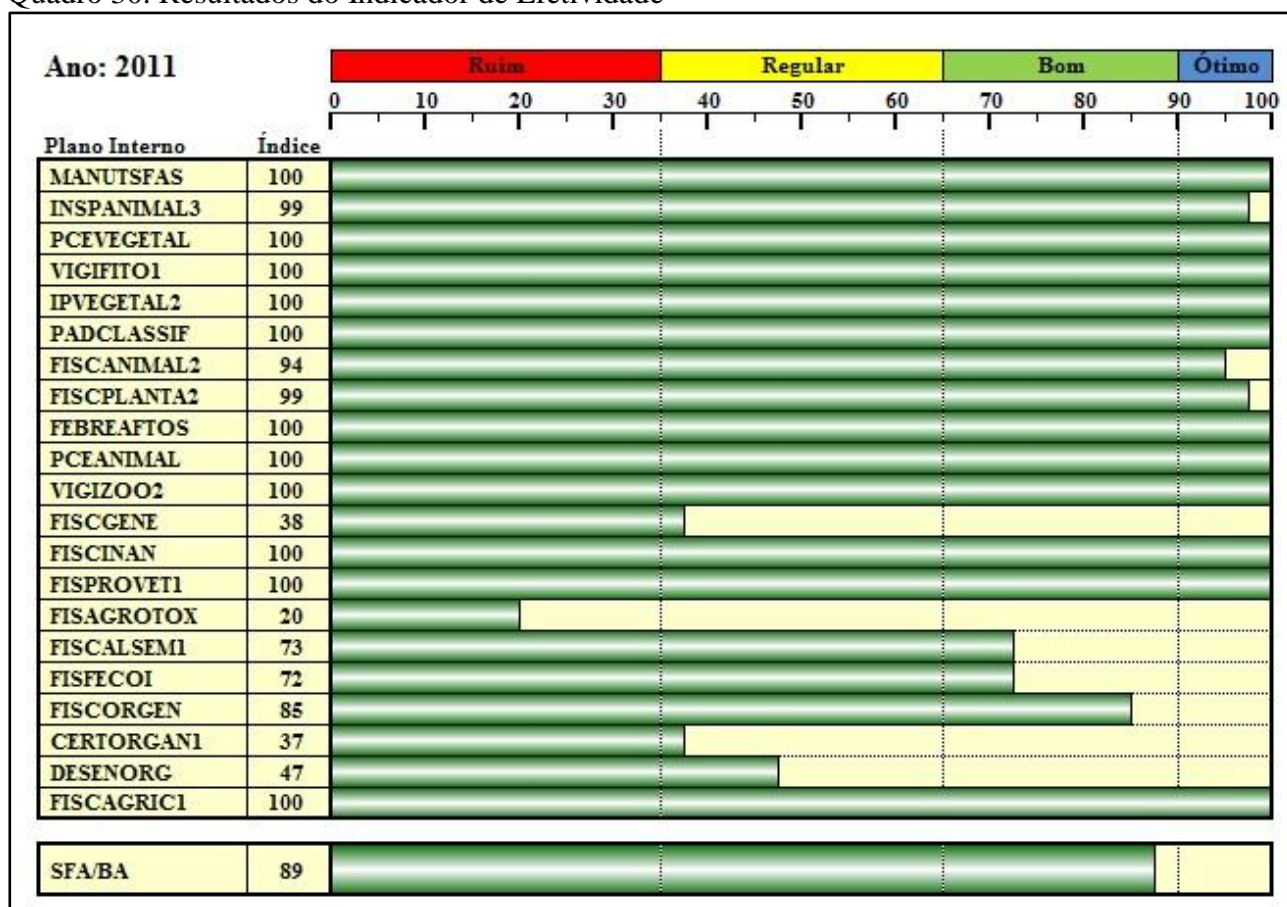
Foi bom o desempenho observado no indicador das Ações IPVEGETAL2 (-30%), FISCGENE (-24) e CERTORGAN1 (-12%), mesmo apresentando gastos unitários ligeiramente maiores que os previstos para a realização de suas atividades.

Foi ruim o desempenho da Ação FISAGROTOX no exercício, o índice de -119% demonstra ter havido um aumento bastante significativo no custo da ação fiscal em 2011. Gastou-se R\$ 3.123,91 por fiscalização realizada, bem acima dos R\$ 1.428,30 que havia sido previsto. Tal elevação de custos se deu em função da participação de Fiscais no Encontro Anual de Agrotóxicos, sendo o custo com passagens e diárias, para o evento, somado ao custo da fiscalização. Quando existem muitas fiscalizações esse valor é diluído, porém, como só se verificou duas, o peso foi muito maior no valor unitário, sem que efetivamente esse gasto tenha sido feito com a ação fiscal direta.

Na Ação VIGIZOOL2 não é observado nenhum valor para este indicador. Tal fato decorre da não liberação de recursos para o custeio das suas atividades no exercício. Como o índice de Eficiência é obtido através da relação entre o custo médio realizado e o custo médio previsto, seu cálculo fica inviabilizado sem um valor disponibilizado. Entretanto, fiscalizações foram realizadas durante as atividades realizadas na ADAB, oportunizadas quando da realização de auditorias dos demais programas do SSA.

2.4.4.4. Análise do Indicador de Efetividade

Quadro 30. Resultados do Indicador de Efetividade



No Quadro 30 estão representados os resultados observados para o indicador de Efetividade no exercício de 2011. Na horizontal estão organizados todos os Planos Internos de responsabilidade da Unidade e a média estimada para a SFA/BA, seus índices alcançados e a representação gráfica dos mesmos. Na vertical está definida uma escala graduada com intervalos que vão de 0 a 100; com faixas delimitadas (Ruim, Regular, Bom e Ótimo) indicativas da qualidade do resultado obtido por cada Plano Interno. Quanto mais próximo de 100% esteja o índice encontrado mais efetivo foi o desempenho da Ação, justificando os objetivos que motivaram a atuação do órgão executor.

Foi bom o resultado alcançado pela SFA/BA no exercício, como pode ser comprovado pelo valor médio de 89% estimado para o indicador de Efetividade. Este índice é muito expressivo, pois, indica que as ações desenvolvidas, no período, proporcionaram uma cobertura satisfatória no cumprimento das atribuições institucionais da Superintendência, apesar das grandes dificuldades físicas e principalmente financeiras enfrentadas em 2011. 14 das 21 Ações de responsabilidade da Unidade obtiveram desempenho ótimo neste indicador, com índices de efetividade superiores a 94%, o que indica que mesmo dispondo de uma dotação orçamentária insuficiente para o custeio de suas atividades, foi possível utilizá-lo de forma racional e eficiente para a maximização dos resultados obtidos.

As Ações FISFECOI, FISCALSEM1 e FISCORGEN tiveram um bom desempenho no exercício, com índices de efetividade de 72%, 73% e 85%. As dificuldades enfrentadas no gerenciamento desses Planos e que impossibilitaram uma melhor qualificação, já foram relatadas anteriormente e, deveu-se principalmente ao fato de: muitos Fiscais estarem impossibilitados de deslocamento por terem excedido o limite de 40 diárias, estabelecido pelo Decreto 7.446/2011; dificuldades de cumprimento da programação do mês de março, enquanto se aguardava a normatização do Decreto e; demora na aprovação do documento solicitando ampliação do número de diárias à Secretaria Executiva.

Três das Ações alcançaram desempenho regular para o Indicador CERTORGAN1 (37%), FISCGENE (38%) e DESENORG (47%). FISCGENE atribui o resultado obtido no indicador à existência de apenas um Fiscal Federal Agropecuário envolvido nas atividades da área de material genético para multiplicação animal, e da necessidade de se ter alguém inteirado com as normas e leis vinculadas a área. Nos outros dois Planos a irregularidade na liberação de recursos para atender às demandas e os valores insuficientes disponibilizados, no exercício, impossibilitaram a obtenção de melhores resultados.

FISAGROTOX apresentou desempenho ruim para o indicador no exercício, com o alcance de apenas 20% da meta necessária. Esse resultado justifica-se pelo fato de mudanças nos critérios de fiscalização adotados no exercício, as atividades de controle foram direcionadas para as indústrias de princípio ativo e de produto final, situadas no estado de São Paulo, devido a maior eficiência do resultado da fiscalização nessa categoria de estabelecimento, ficando a meta prejudicada.

2.4.4.5. Análise do Indicador de Economicidade

Plano Interno: **MANUTSFAS.**

Produto da Ação: Superintendência mantida (unid.).

Resultados da Ação.

Realizado 2011	CTR2011 = Custo Total Realizado em 2011	R\$	1.646.546,85
Realizado 2010	CTR2010 = Custo Total Realizado em 2010	R\$	1.591.327,62
Indicador	Economicidade = ((CTR2011 : CTR2010) . 100) – 100	%	3,47

Análise do Indicador

É muito difícil a definição de indicadores de desempenho para monitoramento dos resultados na atividade-meio. Porém, em relação às despesas da unidade, elas foram realizadas de forma prudente e coerente. O índice de Economicidade do PI MANUTSFAS, da ordem de 3,47%, revela ter havido um pequeno aumento de custo com a manutenção da Superintendência, no exercício. Esta pequena elevação, em relação a 2010, é perfeitamente normal e deve-se principalmente ao efeito da inflação verificada no período. Também, vale salientar que variações verificadas nos gastos da Unidade podem estar relacionadas, não com um aumento de despesas no exercício, e sim, decorrer de uma disponibilização de recursos menor que a prevista no ano anterior.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

(Item 3 do Anexo II-A da DN TCU 108/2010)

“NÃO HOUE NO PERÍODO”

4. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

(Item 4 do Anexo II-A da DN TCU 108/2010)

4.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 31 (A.4.1). Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	6.167.312,04	107.125,57	6.057.036,47	3.150,00
2009	1.384.803,46	41.961,17	1.342.842,29	0,00
...				
Observações:				

Fonte: SIAFI.

4.2. Análise Crítica

Os pagamentos sempre são demorados devido à lentidão na liquidação das despesas, é comum sempre se anular empenhos de RP por não conclusão da despesa pela Unidade. Conforme a legislação a nossa Unidade não tem mantido os valores de RP por mais de um exercício.

5. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

(Item 5 do Anexo II-A da DN TCU 108/2010)

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro 32 (A.5.1). Força de trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/11

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	273	273	2	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	273	273	2	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	273	273	2	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	273	273	2	-

Fonte: SIAPE.

5.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

Quadro 33 (A.5.2). Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Situação em 31/12/11

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	2

Fonte: SIAPE.

5.1.3. Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da UJ

Quadro 34 (A.5.3). Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	13	13	8	7
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	12	12	7	7
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	1	1	1	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	16	16	6	4
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	16	16	6	4
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	29	29	14	11

Fonte: SIAPE.

5.1.4. Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a idade

Quadro 35 (A.5.4). Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação em 31/12/11

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	7	12	36	132	71
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	7	12	36	132	71
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	1	5	10	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	1	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	1	4	10	1
3. Totais (1+2)	7	13	41	142	72

Fonte: SIAPE.

5.1.5. Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a escolaridade

Quadro 36 (A.5.5). Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - em 31/12/11

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	5	10	95	148	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	5	10	95	148	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	1	8	8	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	1	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	1	8	7	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	5	11	103	156	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE.

5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1. Quadro de servidores inativos da UJ segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro 37 (A.5.6). Composição do quadro de servidores inativos - Situação 31/12/11

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	153	4
1.1 Voluntária	132	4
1.2 Compulsória	4	-
1.3 Invalidez Permanente	17	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	108	-
2.1 Voluntária	99	-
2.2 Compulsória	3	-
2.3 Invalidez Permanente	6	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	261	4

Fonte: SIAPE.

5.2.2. Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

Quadro 38 (A.5.7). Composição do quadro de instituidores de pensão - Situação em 31/12/11

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	333	-
1.1. Integral	314	-
1.2. Proporcional	19	-
2. Em Atividade	593	-
3. Total (1+2)	926	-

Fonte: SIAPE.

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 39 (A5.8). Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	21	20	25	23	123.922,90
1.1 Área Fim	17	16	20	19	101.152,16
1.2 Área Meio	4	4	5	4	22.770,74
2. Nível Médio	13	13	13	13	48.524,38
2.1 Área Fim	7	6	6	6	23.963,61
2.2 Área Meio	6	7	7	7	24.560,77
3. Total (1+2)	34	33	38	36	172.447,28

Fonte: SIAPE/GRCOFINDDP.

5.4. Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro 40 (A.5.9). Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios	Decisões Judiciais	Total
			Retri-	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios	Demais			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	16.740.373,23	0,00	17.386.458,18	4.450.419,98	1.039.882,71	264.398,00	257.874,73	0,00	90.062,99	40.229.469,82*
	2010	41.007.687,13	93.709,26	17.268.027,56	2.238.599,66	904.614,41	1.564.577,72	981.571,20	0,00	0,00	64.058.786,94
	2009	37.320.324,38	87.432,15	15.905.810,19	2.214.066,70	632.263,03	1.292.602,86	934.294,02	0,00	0,00	58.386.793,33
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	211.452,92	0,00	197.545,39	7.339,88	6.992,00	2.380,97	0,00	0,00	0,00	425.713,16
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	1.073.970,81	228.754,59	1.065.879,66	258.877,40	47.448,52	30.346,74	21.471,31	0,00	43.435,87	2.770.184,90
	2010	782.345,76	143.460,08	65.195,48	124.236,00	43.776,00	120.969,84	17.541,48	0,00	0,00	1.297.524,64
	2009	659.018,49	231.729,60	50.693,73	95.887,92	4.527,60	72.853,30	12.413,27	0,00	0,00	1.127.123,91
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	683.668,74	68.028,16	416.405,23	119.424,62	61.814,79	31.021,25	15.504,38	0,00	2.184,36	1.398.051,53
	2010	391.042,80	41.960,20	32.586,90	53.244,00	36.480,00	55.028,16	9.543,15	0,00	0,00	619.885,21
	2009	370.679,92	43.137,72	28.513,84	48.240,00	9.762,24	28.871,74	7.176,17	0,00	0,00	536.381,63

Fonte: SIAPI/ DW/Excel.

* Valor inferior ao apresentado no exercício de 2010. A redução decorre de mudanças na metodologia executada pela CGAP/MAPA
Excluída a situação EST/2 (classificação contábil para aposentados).

5.5. Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1. Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Quadro 41(A.5.9). Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Contratação realizada com base no Decreto 2.271/97, Art. 1º, § 1º.					

Fonte: Relatório de Atividades da DAD, 2011.

Quadro 42 (A.5.10). Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizado

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
-	-	-
-	-	-
-	-	-

Fonte: Relatório de Atividades da DAD, 2011.

5.5.2. Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Quadro 43 (A.5.11). Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
Será preenchido pela Secretaria de Gestão do MPOG			

Fonte: Relatório de Atividades da DAD, 2011.

5.5.3. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro 44 (A.5.12). Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA													
UG/Gestão: 130029/00001							CNPJ: 00.396.895/0024-11						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	02/2011	12.095.751/0001-18	02/05/11	31/12/12	7*						A
2010	L	E	09/2010	10.705.957/0001-97	03/11/10	02/05/11	7*						E
2007	V	O	01/2007	05.429.384/0001-86	01/01/07	31/06/12			16				A

<p>Observação:</p> <p>*Quantidade definida em conformidade com as disposições constantes dos arts. 43 e 44 da IN SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008, atualizados pela Portaria nº 34, de 07 de dezembro de 2010, buscando fatores econômicos favoráveis à Administração Pública, considerando a área interna de 3.860,90 m², envolvendo a sede da SFA/BA e seu Anexo, o SVA Porto e a UTRA de Vitória da Conquista/BA, conforme especificado no Termo de Referência.</p>
<p>LEGENDA</p> <p>Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p> <p>Fonte: Relatório de Atividades da DAD, 2011.</p>

5.5.4. Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro 45 (A.5.13). Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA													
UG/Gestão: 130029/00001						CNPJ: 00.396.895/0024-11							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1	E	09/2010	10.705.957/0001-97	03/11/10	02/05/11	7*						E
2011	1	O	02/2011	12.095.751/0001-18	02/05/11	31/12/12	7*						A
2007	3	O	01/2007	05.429.384/0001-86	01/01/07	30/06/12			16				A
2010	5	O	07/2010	10.705.957/0001-97	01/01/10	31/07/11			5				E
2010	6	O	07/2010	10.705.957/0001-97	01/01/10	31/07/11	1						E
2010	7	O	07/2010	10.705.957/0001-97	01/01/10	31/07/11			3				E
2010	9	O	07/2010	10.705.957/0001-97	01/01/10	31/07/11			2				E

Observação:

*Quantidade definida em conformidade com as disposições constantes dos arts. 43 e 44 da IN SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008, atualizados pela Portaria nº 34, de 07 de dezembro de 2010, buscando fatores econômicos favoráveis à Administração Pública, considerando a área interna de 3.860,90 m², envolvendo a sede da SFA/BA e seu Anexo, o SVA Porto e a UTRA de Vitória da Conquista/BA, conforme especificado no Termo de Referência.

<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <p>1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis; 11. Manutenção de bens imóveis; 12. Brigadistas; 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes e; 14. Outras</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p> <p>Fonte: Relatório de Atividades da DAD, 2011.</p>

5.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A SFA/BA não dispõe de indicadores gerenciais sobre recursos humanos. Como Unidade integrante do Ministério da Agricultura, opera com todos os instrumentos elaborados e disponibilizados pelo Órgão Central, para que haja uniformização de procedimentos a nível nacional.

6. INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO

(Item 6 do Anexo II-A da DN TCU 108/2010)

6.1. Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2011

Quadro 46 (A.6.1). Caracterização dos instrumentos de transf. vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA									
CNPJ: 00396895/0024-11					UG/GESTÃO: 130029/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$ 1.000,00)		Valores Repassados (R\$ 1.000,00)		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
							Início	Fim	
1	627737	03057966/0001-53	6.977,37	750,00	-	6.977,37	04/07/08	31/12/09	4
1	743360	03057966/0001-53	1.143,35	195,93	-	1.143,35	30/06/10	08/11/11	4
1	755769	03057966/0001-53	25.729,12	3.205,34	4.261,06	4.261,06	05/07/11	31/12/15	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Parceria					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Cooperação					4 - Concluído				
5 - Termo de Compromisso					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: SIAFI e SICONV.

6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 47 (A.6.2). Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA						
CNPJ: 00396895/0024-11				UG/GESTÃO: 130029/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	1	1	-	4.261.066,14	1.143.356,00	0,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	1	1	-	4.261.066,14	1.143.356,00	0,00

Fonte: SIAFI e SICONV.

6.1.3. Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2012 e Seguintes

Quadro 48 (A.6.3). Resumo dos instrumentos de transf. que vigerão em 2012 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA					
CNPJ: 00396895/0024-11			UG/GESTÃO: 130029/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	1	-	4.261.066,14	4.609.448,70	16,56
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	1	-	4.261.066,14	4.609.448,70	16,56

Fonte: SIAFI e SICONV.

6.2. Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termo de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro 49 (A.6.4). Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na Modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA					
CNPJ: 00396895/0024-11			UG/GESTÃO: 130029/00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	4.261.066,14	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	1.143.356,00	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	6.977.370,00	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: SIAFI e SICONV.

6.2.1. Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro 50 (A.6.5). Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e cont. de repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA					
CNPJ: 00396895/0024-11				UG/GESTÃO: 130029/00001	
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	-	-
			Contas Não analisadas	1	-
		Montante repassado (R\$)		4.261.066,14	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
			Montante repassado (R\$)	-	-
2010	Quantidade de contas prestadas			1	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1	-
		Montante repassado (R\$)		1.143.356,00	-
2009	Quantidade de contas prestadas			1	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1	-
		Montante repassado		6.977.370,00	-
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-
Fonte: SIAFI e SICONV.					

Fonte: SIAFI e SICONV.

6.3. Análise Crítica

Os Convênios aqui informados, tendo como concedente a UJ e como conveniente a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB tiveram os seus recursos financeiros repassados procedentes da área de Sanidade Animal e Vegetal da SFA/BA, sendo os objetivos pactuados e executados, na sua vigência, de grande importância para o agronegócio do Estado da Bahia, tendo em vista a manutenção dos acordos bilaterais para as exportações de frutas, a exemplo da manga, uva e mamão, e a manutenção de área livre de pragas para a Sigatoka Negra, no caso específico da bananicultura. Portanto, os recursos financeiros transferidos para a ADAB, objetivam a execução de ações fitossanitárias, com o intuito de garantir a defesa sanitária animal e vegetal no Estado.

Está em execução na Unidade, Convênio plurianual, com vigência entre 05/07/11 e 31/12/15. O montante pactuado referente à etapa atual da execução foi repassado pelo MAPA através desta

SFA/BA, estão devidamente registrados no SIAFI e SICONV e têm como objetivo a execução de ações de sanidade animal no Estado. Os valores transferidos ao evoluíram de R\$ 1.143.356,00 em 2010 para R\$ 4.261.066,14 em 2011, representando um acréscimo de 26,86% no período.

As prestações de contas quanto ao modo encontrado de apresentação evoluem de modo periódico, tendo em vista que a conveniente ainda apresenta dificuldade com pessoal e como consequência do cumprimento dos prazos legais estipulados inclusive no atendimento de diligências acrescenta-se que nesta SFA/Ba, devido a carência de pessoal, as prestações de contas são analisadas cumulativamente com outros serviços, o que contribui para o alongamento dos prazos impossibilitando o alcance total dos objetivos, bem como comprometendo o planejamento que objetiva a Unidade.

7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES DE CONVÊNIOS

Item 7 do Anexo II-A da DN TCU 108/2010)

7.1. Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

Quadro 51 (A.7.1). Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Antônio Carlos de Miranda**, CPF nº **118.390.665-04**, **Agente Administrativo**, exercido na **Superintendência Federal de Agricultura na Bahia** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Salvador, 14 de março de 2012.

Antônio Carlos de Miranda

CPF -118.390.665-04

Agente Administrativo - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia

8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DA DA LEI Nº 8.730

Item 8 do Anexo II-A da DN TCU 108/2010)

8.1. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 52 (A.8.1). Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	25	-	25
	Entregaram a DBR	25	-	25
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: SGP/SFA/BA

8.2. Análise Crítica

Na Superintendência Federal de Agricultura na Bahia os servidores ocupantes de Cargos em Comissão, DAS e FG, entregam as suas declarações de Bens e Rendias (DBR) no Serviço de Gestão de Pessoas – SGP, todos os anos. Caso ocorra o não cumprimento da determinação, por parte de algum comissionado, o Serviço toma todas as providências necessárias no sentido de fazer cumprir a legislação, e assim, solucionar a pendência. Não existe nenhum sistema informatizado na Unidade para o gerenciamento desses documentos e a recepção das declarações é feita pelo Chefe do Serviço, sendo a DBR entregue em envelope lacrado e guardada na pasta funcionais do servidor. Não há sistemas de autorização eletrônica, por parte da autoridade ou servidor, para acesso das informações prestadas, bem como, nenhuma análise dos documentos é feita pela SFA/BA.

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

(Item 9 do Anexo II-A da DN TCU 108/2010)

9.1. Estrutura de Controles Internos da UJ

Quadro 53 (A.9.1). Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas			X		

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
avaliações sofridas.					
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Considerações gerais: A estrutura de controle e sistemas são elaborados e geridos pelos Órgãos Centrais do MAPA, sendo alimentados pela UJ.</p> <p>O Controle Interno e Gestão Estratégica no MAPA têm demonstrado avanços qualitativos na sua implantação na SFA/BA quando já estão previstos elaboração, implantação e desenvolvimento de projetos piloto gerados a partir de levantamentos que evidenciam pontos de estrangulamento e/ ou pontos de melhoria.</p> <p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ</p>					

10. ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

(Item 10 do Anexo II-A da DN TCU 108/2010)

10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 54 (A.10.1). Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? - Nas licitações para contratação de obras e serviços os editais contemplavam exigências visando a economia da manutenção o operacionalização dos serviços, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? - Sim					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
<i>Considerações Gerais:</i>					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UJ

(Item 11 do Anexo II-A da DN TCU 108/2010)

11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 55 (A11.1). Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF BAHIA	22	25
	Anguera	1	1
	Bom Jesus da Lapa	1	1
	Camaçari	2	2
	Catu	1	1
	Ipirá	1	1
	Itaberaba	1	1
	Itabuna	2	2
	Itanhém	-	1
	Juazeiro	1	1
	Lençóis	1	2
	Medeiros Neto	1	1
	Palmeiras	1	1
	Poções	1	1
	Salvador	3	4
	Santa Inês	1	1
	Serra Preta	1	1
	Tremedal	1	1
	Vitória da Conquista	2	2
	Subtotal Brasil	22	25
EXTERIOR	Não se aplica	-	0
	Não se aplica	-	0
Subtotal Exterior		-	0
Total (Brasil + Exterior)		22	25

Fonte: DAD/Setor de Material e Patrimônio.

Quadro 56 (A.11.2). Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Não se Aplica	-	-
	Não se aplica	-	-
Subtotal Brasil		-	-
EXTERIOR	Não se Aplica	-	-
	Não se aplica	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		-	-

Fonte: DAD/Setor de Material e Patrimônio.

Quadro 57 (A.11.3). Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
130029	3329.00002.500.7	4	4	35.000,00	04/12/2008	40.000,00	-	-
130029	3377.00022.500.6	12	6	80.000,00	18/09/2009	196.000,00	-	-
130029	3413.00006.500.9	12	6	95.000,00	18/09/2009	243.750,00	-	-
130029	3413.00005.500.3	12	4	40.000,00	18/09/2009	54.347,80	-	-
130029	3449.00006.500.0	12	3	10.000,00	18/09/2009	43.500,00	-	-
130029	3581.00002.500.8	4	3	40.000,00	04/12/2008	55.000,00	-	-
130029	3595.00020.500.6	12	3	100.000,00	18/09/2009	134.000,00	-	-
130029	3597.00032.500.8	12	3	40.000,00	20/12/2008	75.000,00	-	-
130029	3597.00031.500.2	12	3	286.000,00	22/05/2009	430.000,00	-	-
130029	3669.00018.500.2	12	3	40.000,00	18/09/2009	140.000,00	-	-
130029	3687.00004.500.4	12	3	70.000,00	23/10/2010	90.000,00	-	-
130029	3723.00003.500.9	12	3	140.000,00	18/09/2009	150.000,00	-	-
130029	3771.00002.500.3	12	3	180.000,00	18/09/2009	282.000,00	-	-
130029	3803.00059.500.6	12	3	310.000,00	18/09/2009	357.000,00	-	-
130029	3849.00437.500.9	15	5	1.744.254,00	04/12/2011	2.277.740,38	27.006,54	-
130029	3849.00439.500.0	12	3	1.000.000,00	19/07/2008	1.059.500,00	3.460,00	-
130029	3849.00438.500.4	12	3	400.000,00	19/07/2008	550.000,00	-	-
130029	3859.00004.500.1	12	7	63.000,00	04/12/2008	72.000,00	-	-
130029	3907.00002.500.4	12	3	20.000,00	04/12/2008	60.000,00	-	-
130029	3935.00006.500.1	12	3	40.000,00	19/07/2008	52.000,00	-	-
130029	3965.00030.500.4	12	3	200.000,00	18/09/2009	756.485,20	-	-
130029	3965.00041.500.4	15	5	400.000,00	19/07/2009	530.000,00	12.800,00	-
Total							43.266,54	-

Fonte: DAD/Setor de Material e Patrimônio.

Análise Crítica

Os bens imóveis, de uso especial, que estavam sob a responsabilidade da Unidade no final do exercício de 2011 foram acima informados. Todos os 22 imóveis são de propriedade da União e estão localizados no Estado da Bahia e, nenhum no exterior, como também não existem bens imóveis de uso especial locado de terceiros.

A SFA/BA vem tomando providências no sentido de regularizar a situação de alguns bens imóveis, sob a sua jurisdição e que não se encontravam em condições de atender as necessidades inerentes ao serviço de fiscalização. Com base em Relatório de Inspeção apresentado por uma Comissão criada para analisar e avaliar a situação física e jurídica dos bens imóveis a Superintendência adotou medidas efetivas no sentido de se desfazer dos mesmos através de reversão à Secretaria de Patrimônio da União. Foram abertos processos e encaminhados ao NAJ/AGU/BA para análise e parecer jurídico e posteriormente ao Chefe da DMP/CAMP/CGLSG - Brasília DF, visando a confecção do ato autorizativo, determinado pelo Sr. Ministro da Agricultura.

Tendo em vista o longo período de tramitação dos Processos, encaminhados para DMP/CAMP/CGLSG - Brasília DF, sem a confecção do ato autorizativo do Senhor Ministro da Agricultura, o Setor de Material e Patrimônio da SFA/BA fez as seguintes recomendações: elaboração de uma programação para vistoria “in loco” dos Bens Imóveis, sob a jurisdição desta Superintendência, com vistas a efetuar novos Laudo de Avaliação e Memorial Descritivo dos Imóveis e; elaboração de novos Processos visando a reversão dos bens supracitados para a SPU/BA.

12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ

(Item 12 do Anexo II-A da DN TCU 108/2010)

12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro 58 (A.12.1). Gestão da tecnologia da informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.			3		
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao			0%		

desenvolvimento interno da própria UJ.					
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.		X			
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
<p>Considerações Gerais: A política de Tecnologia da Informação se dá via Órgão Central do MAPA que dispõe de servidores especializados para o desenvolvimento de Sistemas próprios e do SERPRO.</p> <p>Para análise dos quesitos, reunimos um grupo do SePA e SAOD, que tiveram participação ativa nas discussões.</p> <p>Em nossa UJ o quadro de TI é formado por 01 funcionário terceirizado, fruto do contrato do Órgão Cental com a empresa CTIS Tecnologia S.A., que responde pelas ações que envolvem os serviços de rede; infraestrutura; sistema; suporte especializado; gerenciamento e remanejamento de ativos; um servidor cedido pela ABIN e um anistiado do ex-BNCC. Juntos, eles respondem serviços e ações inerentes ao parque de informática da SFA/BA.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

(Item 13 do Anexo II-A da DN TCU 108/2010)

13.1. Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1. Relação Dos Portadores de Cartão de Crédito Corporativo na Unidade e Utilização no Exercício

Quadro 59 (A.13.1). Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador

Código da UG 1	130029	Limite de Utilização da UG	50.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Luis Freitas	195.136.315-91	3.500,00	0,00	2.579,90	2.579,90
Josenito Rosa	177.493.956-87	1.000,00	0,00	683,14	683,14
Murilo Silva	217.800.305-25	4.000,00	0,00	513,07	513,07
João Ivo Neto	292.027.365-13	2.200,00	275,39	110,76	386,15
Itamar Caribé	043.108.615-04	1.400,00	0,00	908,00	908,00
Andre Leite	595.794.125-53	2.600,00	0,00	2.549,18	2.549,18
Eduardo Alves	308.564.935-20	280,00	0,00	275,50	275,50
Total utilizado pela UG			275,39	7.619,55	7.894,94
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
Total utilizado pela UG			-	-	-
Total utilizado pela UJ			-	-	-

Fonte: SIAFI

13.1.2. Utilização dos Cartões de Crédito Corporativo da Unidade

Quadro 60 (A.13.2). Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	4	275,39	180	7.619,55	7.894,94
2010	4	374,02	283	26.846,18	27.220,20
2009	56	4.467,35	527	141.677,71	146.145,06

Fonte: SIAFI

14. INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

(Item 14 do Anexo II-A da DN TCU 108/2010)

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

15. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

(Item 15 do Anexo II-A da DN TCU 108/2010)

15.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não houve deliberações do TCU no exercício de 2011.

15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não existiam deliberações do TCU pendentes de atendimento no final de 2011.

15.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro 61 (A.15.3). Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA			2788
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	RELATÓRIO Nº 201115316	1.1.1.1	Recebido por Email
02	RELATÓRIO Nº 201115316	1.1.1.2	Recebido por Email
03	RELATÓRIO Nº 201115316	1.1.2.1	Recebido por Email
04	RELATÓRIO Nº 201115316	1.1.1.2	Recebido por Email
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA		2788
Descrição da Recomendação:		
01) - Que a SFA/BA se abstenha de incluir nos contratos de aquisição de passagem aérea a previsão de redução do desconto contratual como forma de incentivo à obtenção da melhor tarifa, em face da incompatibilidade desta previsão com o objeto contratual e tendo em vista que a Portaria MPOG n.º 265/2001 não produz mais efeitos.		
02) - Que o pregoeiro e equipe de apoio observem as disposições art. 26, caput e §1º, do Decreto n.º 5.450/05, de modo a se evitar a rejeição indevida da intenção de recurso manifestada por licitantes nos pregões eletrônicos realizados pela SFA/BA.		
03) - Quando da formalização dos processos de pagamento seja exigida da contratada a cotação de preço demonstrando que a emissão da passagem aérea foi feita pela tarifa mais vantajosa e que os casos em que a passagem aérea não foi emitida pela tarifa mais vantajosa seja devidamente justificados, observando-se sempre o que dispõe a Portaria MPOG n.º 505, de 29/12/09.		
04) - Que se adote as devidas providências para implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, tendo em vista a obrigatoriedade de sua utilização estabelecida pelo Decreto n.º 5.992/2006.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA		2788
Síntese da providência adotada:		
<p>01) - Os gestores da SFA/BA, após tomarem conhecimento dos fatos preliminarmente levantados pela equipe de auditoria (Solicitação de Auditoria n.º 06/2011), se manifestaram por meio do MEMO n.º 196, de 20 de outubro de 2011, nos seguintes termos:</p> <p>Quanto ao item 1, do referido relatório, que aponta a “previsão indevida de incentivo no contrato para a aquisição de passagem aérea”, ficou esclarecido que o incentivo determinado no art. 10, da Portaria nº 265, de 16/11/2001, do MPOG, deixou de produzir efeitos jurídicos desde a edição do Decreto nº 5.355/2005. A SFA demonstrou que a adoção da referida portaria ocorreu devido a adoção de Editais anteriores, já analisados e aprovados pela Assessoria Jurídica da União, que considerava os termos da referida Portaria em seus Pareceres Jurídicos, conforme exposto nos parágrafos 13 e 14 do PARECER AGU/CGU/NAJ/BA/Nº 0310/2009 que considera o referido incentivo, como “possibilidade prevista legalmente”. A SFA/BA demonstrou que todos os seus processos licitatórios são submetidos à apreciação jurídica da AGU, acatando todas as suas recomendações. A SFA/BA solicitou a exclusão da expressão: “o incentivo criado pela SFA/BA”, registrada no Relatório Preliminar, já que tal incentivo foi estabelecido pela Portaria nº 265, e não pela SFA/BA. Foi esclarecido que o contrato para aquisição de passagens aéreas, em vigência na SFA/BA, esta expirando em 31 de dezembro, e já foi aberto o Processo nº 21012.002776/2011-66 para realização de novo Pregão Eletrônico com vistas a contratação de empresa para fornecimento de passagem aérea, excluindo a referência à Portaria nº 265, acatando a orientação dos auditores da Controladoria-Geral da União.</p>		
<p>02) - Os gestores da SFA/BA, após tomarem conhecimento dos fatos preliminarmente levantados pela equipe de auditoria (Solicitação de Auditoria n.º 06/2011), se manifestaram por meio do MEMO n.º 196, de 20 de outubro de 2011, nos seguintes termos:</p> <p>Quanto ao item 2, do Relatório Preliminar, que aponta a “falha na realização do Pregão Eletrônico nº 16/2010”, foi demonstrado na ata de realização de registro de preços, constante do Processo nº 21012.003044/2010-11, realizada em 20/01/2011, que os percentuais apresentados pelas licitantes inviabilizaram a fase de lances do pregão e que, mesmo assim, o Pregoeiro rejeitou a intenção de recurso apresentado pelo licitante. A SFA/BA reconheceu a falha, no que o Pregoeiro comprometeu-se a estar mais atento e rigoroso, seguro de que tal situação provavelmente não ocorrerá, considerando que os próximos Editais não mencionaram a Portaria nº 265. Foi informado também, conforme relatado no item acima, não haverá aditivo ao contrato vigente e já foi deflagrado o novo processo licitatório, visando nova contratação de empresa para fornecimento de passagem aérea.</p>		
<p>03) - Os gestores da SFA/BA, após tomarem conhecimento dos fatos preliminarmente levantados pela equipe de auditoria (Solicitação de Auditoria n.º 06/2011), se manifestaram por meio do MEMO n.º 196, de 20 de outubro de 2011, nos seguintes termos:</p> <p>Quanto ao item 3, do mesmo relatório, que aponta a “fragilidade na instrução dos processos de pagamento, em face da falta de cotação de preços” foi exposto pelo Fiscal do Contrato as dificuldades na aquisição das passagens, principalmente frente à constante variação de preços, num curto período de tempo; que a sistemática de solicitação de passagens, em situação de demora na captação das assinaturas necessárias, pode proporcionar uma diferença entre o preço no formulário de solicitação e o preço da passagem, na emissão. Foi colocado que, a grande maioria das passagens é adquirida atendendo ao critério do menor preço; entretanto, a SFA/BA comprometeu-se a exigir da empresa uma nova cotação, nos casos em que os preços entre a Solicitação e a emissão de passagem forem divergentes, intensificando o rigor na exigência de cotação de preços e na apresentação de justificativa, para a escolha do horário de</p>		

voos, fora do intervalo estabelecido pela Portaria MPOG nº 505, DE 29/12/2009.
<p>04) - Os gestores da SFA/BA, após tomarem conhecimento dos fatos preliminarmente levantados pela equipe de auditoria (Solicitação de Auditoria n.º 06/2011), se manifestaram por meio do MEMO n.º 196, de 20 de outubro de 2011, nos seguintes termos:</p> <p>Quanto ao item 4, que aponta a “ausência de utilização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP”, informamos aos auditores que, o sistema SCDP ainda não foi implantado nesta SFA/BA por motivo de inadequação desse sistema à realidade do MAPA, conforme evidenciou a Secretaria Executiva/MAPA ao SLTI/ MPOG, através do Ofício nº 869/2008/SE –MAPA. Esta situação perdura até a presente data e envolve as 27 Superintendências do MAPA. Informamos aos auditores que, apesar da SFA/BA não estar utilizando o SCDP, as diárias passaram a ser elaboradas através do Sistema de Apoio Administrativo em Salvador – Módulo Diárias, para controle e acompanhamento das diárias expedidas, até a implantação oficial do SCDP.</p>
<p>Síntese dos resultados obtidos</p> <p>Os resultados obtidos a partir das observações e orientações da CGU foram considerados favoráveis e de grande importância na adequação e regularidade dos processos e práticas administrativas, atendendo ao propósito da busca conjunta de melhorias na Gestão Pública.</p>
<p>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</p> <p>O atendimento das recomendações dispostas no Relatório foi facilmente realizado por se tratar de procedimentos administrativos, atrelados ao entendimento jurídico da situação e às normativas vigentes, exceto no que diz respeito às situações que envolvem sistemas informatizados, como, por exemplo, o controle eletrônico das diárias, cuja solução envolve autorizações e determinações superiores que extrapolam a alçada da SFA/BA.</p> <p>No caso das concessões de diárias, foram sanadas as dificuldades da utilização do SCDP, em todas as Superintendências, tempo em que o Sr. Secretário Executivo, através do Ofício Circular nº 18/SE, de 28 de dezembro de 2011, determinou a que, a partir de 02/01/2012, a concessão de diárias e passagens, deverá, obrigatoriamente, ser efetuada pelo SCDP.</p> <p>Pelo exposto, considerando a possibilidade da existência de situações no serviço público que possam dificultar o cumprimento do princípio da legalidade, reconhecemos que as observações e orientações emitidas pela CGU funcionam como um elemento de peso e importância nas reivindicações junto às autoridades superiores.</p>

15.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não havia recomendações do OCI pendente de atendimento no final do exercício.

16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

(Item 16 do Anexo II-A da DN TCU 108/2010)

16.1. Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Atendidas no Exercício

Não houve recomendações da Unidade de Controle Interno ou de auditoria interna no exercício.

16.2. Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Pendentes de Atendimento

Não havia recomendações da Unidade de Controle Interno ou de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de 2011.

17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ

(Item 1 do Anexo II-B da DN TCU 108/2010)

17.1. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Quadro 62 (B.1.2). Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC., PEC. E ABASTECIMENTO – SFA/BA		130029	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativa ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) – 19962.05.00 – A APROVAR (CONVENIOS)</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2011
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO

18. INDICADORES DE DESEMPENHO DA GESTÃO ESTRATÉGICA DO MAPA

(Item 21 do Anexo II-C da DN TCU 108/2010)

Os resultados alcançados no desempenho da Gestão Estratégica do MAPA estarão consolidados no Relatório de Gestão da Sede, sendo aqui mostradas apenas ações desenvolvidas nos objetivos do Tema Produtos e Serviços, na Perspectiva dos Processos Internos, que se referem diretamente ao trabalho da Superintendência.

A SFA/BA tem investido, de forma efetiva, na modernização de sua gestão, buscando fazer cumprir suas responsabilidades institucionais e a concretização dos Objetivos Estratégicos do Ministério, visando atender, da melhor forma possível, ao seu público externo, que exige políticas públicas e serviços mais eficientes e eficazes. Atuando desde a produção, processamento, transporte e comercialização dos alimentos; da defesa ao desenvolvimento agropecuário; nas políticas de capacitação e melhoramento da agricultura como um todo; garantindo a inocuidade dos alimentos até o fortalecimento da economia, numa ação integrada entre os mais diversos órgãos e instituições. Ela vem alinhando seu planejamento operacional aos nossos desafios, propondo soluções que contribuam para a execução do plano estratégico: conversando, trocando ideias e compreendendo melhor cada desafio e como eles se aplicam à nossa região; criando processos que nos permitam ser cada vez mais ágil e efetivo na implementação de políticas e prestação de serviços e; usando experiências, conhecimento e criatividade para sugerir inovações e soluções na nossa forma de atuar. Essas ações têm propiciado importantes resultados nos indicadores do agronegócio, tais como: geração de empregos, aumento da renda, estímulo na produção agropecuária, interiorização

do desenvolvimento, incremento da arrecadação, exportação do excedente produzido gerando divisas para a balança comercial, preservação dos nossos recursos naturais, entre tantos outros benefícios.

Os resultados foram alcançados por meio das iniciativas estratégicas contidas no Planejamento Operacional do MAPA, contempladas no Plano Plurianual, PPA 2008-2011, nos programas gerenciados pelo Ministério. Muitas Ações desses Programas são de responsabilidade desta Unidade e tiveram importância preponderante no desempenho da Superintendência. No Quadro 27 está representada uma síntese das principais Ações de responsabilidade da SFA/BA no exercício, sendo a análise das informações já realizada ao longo deste relatório.

A incorporação de melhores instrumentos de programação, controle e acompanhamento dos objetivos estratégicos, à nossa rotina operacional, tem melhorado a eficiência e a transparência na execução orçamentária física e financeira, proporcionando redução dos custos e melhoria na qualidade dos serviços oferecidos aos usuários do Ministério. Investiu-se fortemente na melhoria da infraestrutura e nos processos de trabalho; com a aquisição de veículos, mobiliários, computadores e outros equipamentos necessários, que nos ajudarão alcançar a excelência administrativa. Iniciou-se estudos no sentido de aprofundarmos o conhecimento sobre o agronegócio, por meio de pesquisas, ensaios, indicadores e ampliação da oferta de estudos de prospecção e avaliação; melhorando a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio, fundamental para o aumento da competitividade do setor. Com a adoção de políticas públicas adequadas estamos viabilizando e garantindo a segurança e qualidade dos alimentos, acesso a tecnologias e estimulando o setor a agregar valor à produção. Investindo-se no aperfeiçoamento das articulações entre o agronegócio e entidades públicas e privadas propiciamos: a conquista e manutenção de mercados para os produtos regionais; a elaboração e implementação de políticas mais adequadas ao setor; a promoção, a organização e a integração das cadeias produtivas; e a promoção do agronegócio no mercado interno e externo. Implementando-se políticas e prestando serviços com alto nível de excelência, de forma ágil e efetiva, estamos criando soluções inovadoras e efetivas, que contribuam para a sustentabilidade e competitividade do setor.

19. RESULTADOS E CONCLUSÕES

A SFA/BA é a responsável pela aplicação, acompanhamento e fiscalização dos programas e ações do PPA 2008-2011, do Ministério da Agricultura, na Bahia. Nesse sentido, empenhou-se no aperfeiçoamento de seus processos, no intuito de se projetar em um patamar mais elevado na implementação de políticas e de prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio. O desenvolvimento das ações compreendeu todas as regiões do Estado. Nessas regiões, o agronegócio envolve diversas cadeias produtivas que demandaram uma série de requerimentos cujo apoio da Superintendência foi fundamental.

Como principais realizações da gestão no exercício destacam-se: o estímulo na produção agropecuária; a interiorização do desenvolvimento da Bahia; o incremento da arrecadação; a exportação do excedente produzido, gerando divisas para a balança comercial; a preservação dos nossos recursos naturais; a extinção da Zona Tampo e a criação da Zona de Proteção Livre da Febre Aftosa com vacinação, impulsionando o desenvolvimento da economia regional e oportunizando novos horizontes, com a valorização do rebanho para os pecuaristas deste Estado; a ratificação dos acordos bilaterais celebrados entre o Brasil, os Estados Unidos da América, o Japão, Argentina, Chile e Uruguai; a geração de emprego e renda na exportação de frutas para o mercado internacional; a prevenção e o controle de pragas quarentenárias; a fiscalização das ações de

controle do Bicudo do Algodão, no âmbito do Programa Fitossanitário do Algodão, nas Regiões Oeste e Sudoeste da Bahia; a fiscalização das ações de controle da Ferrugem Asiática da Soja, no âmbito do Programa Fitossanitário da Soja, na Região Oeste da Bahia; a fiscalização do Programa Fitossanitário da Banana, nas Regiões do Baixo Sul e Oeste da Bahia, visando confirmar a ausência da praga Sigatoka-negra, uma vez que nosso Estado ostenta o status de área livre; avanços significativos na habilitação de empresas com SIE - Serviço de Inspeção Estadual, consolidando o sistema e permitindo que essas empresas participem do comércio nacional de produtos de origem animal; o cumprimento das exigências estabelecidas pelo DIPOA, em respeito aos acordos internacionais, visando à prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina, conhecida vulgarmente como Doença da Vaca Louca; o incremento na coleta de amostras para análises de resíduos no combate a fraudes econômicas, a exemplo da adição fraudulenta de água no frango congelado, pescado e leite, além do uso de substâncias proibidas no leite e derivados, a exemplo da água oxigenada e soro de leite; a classificação para garantir a qualidade vegetal de grãos como feijão, arroz, café, milho, soja, cacau, etc.; a ação conjunta MP, ANVISA e SFA-BA para aferir a qualidade de produtos vegetais adquiridos por prefeituras para merenda escolar, constatando-se a entrega de produtos de qualidade inferior ao que havia sido pactuado no processo licitatório de compra; a fiscalização de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, tanto na produção industrial interna, como também na aferição da qualidade dos produtos importados, a exemplo do vinho, conhaque, uísque, cachaça, aguardente, sucos, polpas de fruta e água de coco; a fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes e de sementes e mudas, tão importante para garantir a conformidade desses insumos para o produtor rural, minimizando os riscos para a produção e produtividade agrícola; a fiscalização dos produtos para alimentação animal, visando assegurar a conformidade dos alimentos e matérias primas, minimizando os riscos para o criador atingir o desempenho esperado nos resultados da produção e produtividade; a grande importância da fiscalização exercida, nas atividades de exportação e importação dos produtos vegetais nos portos e aeroportos do Estado, fundamentada na legislação de defesa e inspeção animal e vegetal; a finalização do projeto de requerimento de IG da Cachaça de Abaíra e seu encaminhamento ao INPI; o acompanhamento de dois novos convênios firmados com a Associação dos Produtores de Cacau e a Associação Baiana dos Produtores de Café, em que o Ministério da Agricultura repassou os recursos necessários para o custeio da elaboração de novos requerimentos de IG, para o Cacau do Sul da Bahia e o Café do Oeste da Bahia; a participação nas discussões, com instituições do estado da Bahia, que redundaram na decisão de criação do Fórum Estadual de Indicação Geográfica; a participação, junto com outras instituições do Nordeste, na proposição de criação do Fórum Nordestino de IG e Marcas Coletivas; a SFA/BA contribuiu para a captação de R\$ 15.597.544,95 em benefício de municípios do estado da Bahia, através da análise e aprovação de Planos de Trabalho de Emendas Parlamentares e; o acompanhamento de convênios realizados com recursos do Departamento Nacional de Cooperativismo - DENACOOOP que propiciaram a criação de três Consórcios no Estado, um deles instalado em Ilhéus, congregando produtores de cacau daquele município e outros dois instalados na cidade de Ipiaú, envolvendo produtores de polpas de frutas e agroindústrias do mesmo segmento produtivo.

Entre as dificuldades enfrentadas para a realização dos objetivos traçados para o exercício, destacamos: mesmo tendo melhorado a sistemática da descentralização de recursos financeiros, tivemos problemas com o volume e a periodicidade das liberações para alguns programas, impactando diretamente no desempenho físico; o limite de 40 diárias estabelecido pelo Decreto 7.446/2011; a impossibilidade de deslocamento de Fiscais para realização de fiscalizações, no mês de março, enquanto se aguardava a regulamentação do Decreto; demora no atendimento do Processo solicitando autorização da Secretaria Executiva para ampliação do número de diárias; a falta de concurso público para atender a carência por servidores técnicos e administrativos e; a burocracia, atualmente necessária, na tramitação dos processos de licitação, também vem se

configurando num forte obstáculo para a realização das atividades finalísticas da SFA/BA, agravada pela carência numérica de servidores administrativos, fato que tem levado à aquisição de materiais e serviços com atrasos, pelas idas e vindas dos processos, também a qualidade de alguns materiais de consumo adquiridos, por meio de licitação por pregão eletrônico, é sofrível, obrigando a devoluções que provocam novos atrasos.

Mesmo com a crise financeira mundial as perspectivas de crescimento da produção agropecuária brasileira são otimistas, no curto e longo prazo. A forte demanda interna e a conquista de novos mercados têm impulsionado de forma continuada o agronegócio. A tímida recuperação econômica de alguns dos parceiros tradicionais, o crescimento dos países emergentes, somados ao crescimento do poder de compra dos brasileiros e o consequente fortalecimento do mercado interno, permite vislumbrar uma forte demanda pelas ações finalísticas da SFA/BA. Por outro lado, o forte empenho no sentido da modernização, eficiência e funcionalidade praticado na Unidade, como renovação da frota de veículos, aquisição de equipamentos para informatização, melhoria nas condições de trabalho, aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e controles, etc., podemos inferir que o ano de 2012 será de resultados positivos para as nossas ações; minimizando os riscos para os produtores agropecuários, aumentando nossa segurança alimentar, melhorando os resultados de produção e produtividade do meio rural de forma sustentável e gerando emprego e renda para a sociedade brasileira.

Finalmente, com este relatório a SFA/BA pretende prestar contas, à sociedade, dos resultados obtidos através dos recursos financeiros alocados no ano de 2011 e espera estar contribuindo para a geração de informações necessárias aos debates sobre a promoção da melhoria da qualidade da ação pública.

ELABORAÇÃO:

SePA - Seção de Planejamento e Acompanhamento

- ❖ *Aécio Alves de Lima*
- ❖ *Antônio Carlos de Miranda*
- ❖ *Neide Marina Ribeiro da Silva*
- ❖ *Paulo Roberto Lima e Silva*

COLABORAÇÃO:

- ❖ *Elizabete Rodrigues Silva - Técnica de Planejamento*
- ❖ *Altair Santana de Oliveira – Fiscal Federal*